



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VANESSA SILVA REIS SANTANA

**“VULTOS EMINENTES DO BRASIL”: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA ESCRITO POR HADDOCK LOBO EM 1958**

CAMPINA GRANDE – PB

2023

VANESSA SILVA REIS SANTANA

**“VULTOS EMINENTES DO BRASIL”: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE
HISTÓRIA ESCRITO POR HADDOCK LOBO EM 1958**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do Curso de
História da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
Graduada em História.

Orientador: Prof. Dr. Gildivan Francisco das Neves

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S232v Santana, Vanessa Silva Reis.

"Vultos eminentes do Brasil" [manuscrito] : uma análise do livro didático de história escrito por Haddock Lobo em 1958 / Vanessa Silva Reis Santana. - 2023.

38 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Gildivan Francisco Das Neves, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Livro didático. 2. Ensino de história. 3. História do Brasil.

I. Título

21. ed. CDD 372.89

VANESSA SILVA REIS SANTANA

“VULTOS EMINENTES DO BRASIL”: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA ESCRITO POR HADDOCK LOBO EM 1958

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em História.

Aprovado em: 28/11/2023.

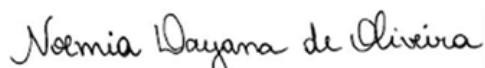
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gildivan Francisco das Neves (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO
Data: 19/12/2023 12:37:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Noemia Dayana de Oliveira (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho ao meu amado filho Mathias, que está comigo desde o momento de pesquisa e produção desse artigo. Sendo uma das minhas melhores companhias neste processo, mesmo ainda estando em meu ventre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Imagem 1: Capa do livro didático “História do Brasil – 1. ^a Série Curso Ginásial”, de 1958..... | 20 |
| Imagem 2: “Obras do autor, nas Edições Melhoramentos”..... | 22 |
| Imagem 3: Programa Oficial de História do Brasil: Curso ginásial – 1. ^a Série..... | 23 |
| Imagem 4: “A campanha da abolição”..... | 24 |
| Imagem 5: Contracapa do livro didático..... | 28 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático.

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

HELB – História do Ensino de Línguas no Brasil.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático – História.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 O LIVRO DIDÁTICO COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E FONTE DE PESQUISA HISTORIOGRÁFICA..... | 12 |
| 2.1 A expansão das fontes historiográficas: o livro didático como objeto de estudo..... | 13 |
| 3 O LIVRO DIDÁTICO “HISTÓRIA DO BRASIL – 1º SÉRIE CURSO GINASIAL”: UMA ESCRITA TRADICIONAL DE ACORDO COM HADDOCK LOBO, EM 1958..... | 17 |
| 3.1. A Escola Nova e o contexto da educação brasileira entre a década de 1930- 1960..... | 17 |
| 3.2. O autodidatismo de Haddock Lobo e a formulação do livro didático contemplando o Programa Oficial de História do Brasil..... | 19 |
| 4 “SÉRIE GRANDES BRASILEIROS”: VULTOS HISTÓRICOS DO BRASIL DIALOGADOS POR HADDOCK LOBO NO LIVRO DIDÁTICO..... | 26 |
| 4.1. Pedro Álvares Cabral: o primeiro considerado “grande herói” dentro do panteão cívico..... | 26 |
| 4.2. Os “brasileiros ilustres”: o “heroísmo nacional” no ensino de história apresentado por Haddock Lobo no livro didático..... | 27 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 33 |
| REFERÊNCIAS..... | 35 |

“VULTOS EMINENTES DO BRASIL”: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA ESCRITO POR HADDOCK LOBO EM 1958

Vanessa Silva Reis Santana¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo geral analisar o livro didático “História do Brasil”, de Haddock Lobo, adotado na 1ª série ginásial, na década de 1950, com ênfase na problematização da perspectiva de História que alicerça a construção deste. Dialogaremos com as contribuições de Bittencourt (2008) e Choppin (2004), acerca do livro didático, para entendê-lo como um recurso didático, como objeto criado sobre influências socioculturais e políticas e como uma fonte primária para os historiadores. Outros pesquisadores foram relevantes para contextualização desse artigo, destaque para o filósofo e educador Saviani (2011), para compreender o movimento de educadores, intelectuais e estudantes da Escola Nova, no contexto das décadas de 1930-1960, a historiadora Lucchesi (2008), para entender as omissões e estereótipos construídos a respeito do povo negro e indígena no Brasil presentes nos livros didáticos, e por fim, o historiador Fraga (2012), para assimilar a ideia do processo de construção dos heróis da pátria como “vultos” históricos, elementos que são identificados na contracapa do livro didático formulado pela editora Melhoramentos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir de uma investigação bibliográfica e documental, em que tomamos como documento o livro didático “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial”, autoria de Haddock Lobo no ano de 1958. Na análise, consideraremos os aspectos evidentes na capa do livro, o Programa Oficial de História do Brasil de 1958, alguns conteúdos e a contracapa. Percebemos que o livro em análise seguia um modelo tradicional da história, alicerçada nos ideais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, sob a perspectiva do positivismo francês, ligado à ideia de construção da identidade nacional, narrando os principais acontecimentos, enaltecendo os “grandes homens” da nação brasileira, descritos como “vultos eminentes do Brasil”, e relembrando as datas históricas consideradas importantes.

Palavras-Chave: livro didático; ensino de história; história do Brasil.

ABSTRACT

This article aims to analyze the textbook History of Brazil, by Haddock Lobo, adopted in the 1st grade, in the 1950s, with emphasis on problematizing the perspective of history that underpins the construction of this. We will dialogue with the contributions of Bittencourt (2008) and Choppin (2004), about the textbook, to understand it as a didactic resource, as an object created on socio-cultural and political influences and as a primary source for historians. Other researchers were relevant to contextualization of this article, highlighting the philosopher and educator Saviani (2011), to understand the movement of educators, intellectuals and students of the New School, in the context of the 1930s-1960s, the historian Lucchesi (2008) to understand the omissions and stereotypes built about the black and

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus I.

indigenous people in Brazil present in textbooks, and finally, the historian Fraga (2012), to assimilate the idea of the construction process of the heroes of the homeland as “figures” elements that are identified on the back cover of the textbook formulated by the publisher Melhoramentos. Methodologically, this is a qualitative research, from a bibliographical and documentary research, in which we take as document the textbook “História do Brasil – 1.^a Série Curso Ginásial”², authored by Haddock Lobo in 1958. In the analysis, we will consider the evident aspects on the cover of the book, the Official Program of Brazilian History of 1958, some contents and the back cover. we realized that the book under analysis followed a traditional model of history, based on the ideals of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB³ from the perspective of French positivism, linked to the idea of building national identity, narrating the main events, praising the “great men” of the Brazilian nation, described as “eminent figures of Brazil”, and recalling the historical dates considered important.

Keywords: textbook; teaching of history; history of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O livro didático é um recurso metodológico e pedagógico, sendo indispensável para o auxílio do professor e o aluno no ensino escolar, também é um objeto criado a partir de influências socioculturais e políticas. Além de ser um material escolar, o livro didático tem contribuído como fonte de investigação historiográfica.

Diversas pesquisas do campo histórico tem utilizado o livro didático como objeto de estudo, um exemplo, é o livro produzido pela historiadora Circe Bittencourt, intitulado de “Livro didático e saber escolar (1810-1910)”, que aborda sobre a história do livro didático como meio de construção do ensino escolar brasileiro entre o século XIX e início do XX.

O presente trabalho também é resultado de uma pesquisa que utiliza o livro didático como fonte primária. Este processo de estudo ocorreu porque no decorrer da minha graduação os componentes curriculares de Metodologia do Ensino de História, I, II, III e IV, e Estágio Supervisionado em Ensino de História, I, II, III e IV, me motivaram a buscar mais conhecimento acerca dos temas da educação brasileira e o ensino de história.

Durante a busca por um tema específico sobre a educação e o ensino de história descobri o acervo online de livros didáticos digitalizados pelo Laboratório de Ensino e Material Didático – História (LEMAD)⁴, que foi criado em 2008, através do Programa de Formação de Professores da Universidade de São Paulo – USP.

O acervo online dispõe de diversos livros didáticos de história que foram formulados ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Foi dentro do movimento de pesquisa que identifiquei o livro didático “História do Brasil – 1.^a Série Curso Ginásial”⁵ do escritor Haddock Lobo, do ano de 1958. A escolha da fonte primária se deu porque observei que existe uma lacuna referente às pesquisas historiográficas na década de 1950, em comparação com outras décadas, um exemplo é o Repositório Institucional de história do *Campus I* da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB⁶ que não há produções historiográficas que utiliza o livro didático de história, da década de 1950, como fonte de pesquisa.

² In English: “History of Brazil - 1st Series Ginásial Course”.

³ In English: Brazilian Historical and Geographical Institute – IHGB.

⁴ O Laboratório de Ensino e Material Didático – História (LEMAD) foi criado em 2008, através do Programa de Formação de Professores da USP. O acervo online oferece, para todos os públicos, notícias, documentos históricos para aplicação escolar, sugestões curriculares, um vasto arquivo bibliográfico, contendo os livros didáticos digitalizados, e etc. O site LEMAD está disponível em: <<https://lemad.fflch.usp.br/>>.

⁵ O livro didático, “História do Brasil – 1^o Série Curso Ginásial”, está disponível em: <<https://lemad.fflch.usp.br/node/1172>>.

⁶ O Repositório Institucional de história do *Campus I* da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB está disponível em: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/42>>.

Diante desta lacuna, este artigo tem como objetivo geral analisar o livro didático História do Brasil, de Haddock Lobo, adotado na 1ª série ginásial, na década de 1950, com ênfase na problematização da perspectiva de História que alicerça a construção deste. Dentre os objetivos específicos elencamos: discutir sobre o livro didático de História enquanto recurso didático-pedagógico e fonte para a pesquisa historiográfica, refletir sobre os elementos da educação brasileira entre as décadas de 1930 e 1960, especificamente, no tocante ao ensino secundário e curso ginásial, e problematizar o livro didático de História do Brasil, de Haddock Lobo, particularmente no que se refere à perspectiva historiográfica que perpassa a escrita tecida pelo autor. Considerando os objetivos propostos, evidenciamos como problemática, a seguinte questão: de que maneira, a História é compreendida no livro História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial, do escritor Haddock Lobo, do ano de 1958, adotado no curso ginásial?

Com relação ao referencial teórico, destacam-se os historiadores que contribuíram com o estudo desta pesquisa, e que se dedicaram às questões do livro didático, como a historiadora brasileira Circe Bittencourt⁷ e o historiador francês Alain Choppin⁸. Suas análises são relevantes para entender o livro didático tanto como um recurso metodológico, quanto objeto criado sobre influências mercadológicas, socioculturais e políticas, e como também uma fonte de estudo para os historiadores.

Outros pesquisadores foram pertinentes para a formação desse texto, destaco o filósofo Saviani (2011)⁹, para compreender o movimento de educadores, intelectuais e estudantes da Escola Nova, no contexto das décadas de 1930-1960. Ressalto a historiadora Lucchesi (2008)¹⁰, para entender as omissões e estereótipos construídos a respeito do povo negro e indígena no Brasil presentes nos livros didáticos. Por fim, realço o historiador Fraga (2012)¹¹, para assimilar a ideia do processo de construção dos heróis da pátria como “vultos” históricos, elementos que são identificados na contracapa do livro didático formulado por Haddock Lobo.

A metodologia deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC me levou a realizar uma análise qualitativa, bibliográfica, e documental, tendo como eixo central o estudo do livro didático “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial” do escritor Haddock Lobo.

Esse autor foi um escritor de livros didáticos nas décadas de 1950-1960 no Brasil. Ele nasceu no ano de 1902, no município do Rio de Janeiro, se formou na Suíça, e no Brasil cursou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, já no ano de 1938 estudou Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL da Universidade de São Paulo – USP.

Tomando como base o livro didático elencado, nosso intuito neste trabalho visa assimilar os aspectos que compõem a capa, o Programa Oficial de História do Brasil de 1958, alguns dos conteúdos e a contracapa. Para mais, buscaremos compreender os aspectos da educação brasileira na década de 1950, o ensino de história, as influências da historiografia tradicional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, e do pensamento iluminista, presentes na escrita do autor, e de como ele apresenta em seu livro didático os considerados “heróis” nacionais como “vultos eminentes do Brasil”.

Neste artigo entenderemos que a narrativa de Haddock Lobo seguia o padrão de ensino de história redigido pelo Programa Oficial de História do Brasil ligado a Comissão Nacional

⁷ Circe Maria Fernandes Bittencourt é graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP no ano de 1967, é pós-graduada em Metodologia e Teoria de História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP no ano de 1969, é mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP no ano de 1988, e possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo no ano de 1993.

⁸ Alain Choppin foi um historiador francês 1948-2009 que se dedicou ao longo de sua vida acadêmica na análise dos livros e manuais didáticos.

⁹ Nessa pesquisa, utilizamos o livro “História das ideias pedagógicas no Brasil” do filósofo e educador Dermeval Saviani.

¹⁰ No desenvolvimento do artigo, dialogamos com o texto “Criando a Nação: os livros didáticos de história do Brasil de Rocha Pombo (1857-1933)” da historiadora Fernanda Lucchesi.

¹¹ A dissertação de mestrado “Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas”, do historiador André Barbosa Fraga, é um dos suportes na trajetória da pesquisa.

do Livro Didático – CNLD, além do mais, o escritor buscava transmitir os fundamentos da identidade nacional narrando os principais fatos, rememorando as datas históricas consideradas importantes, e exaltando os “grandes homens” da nação brasileira em uma seleção do panteão cívico como “vultos” históricos.

A fim de entendermos sobre os aspectos do livro didático em questão, estruturamos o artigo em três tópicos. No primeiro intitulado: “*O livro didático como recurso para o ensino de história e fonte de pesquisa historiográfica*”, discutiremos sobre o livro didático enquanto uma produção para recurso didático do professor e aluno, e também a respeito do livro didático como uma fonte historiográfica para os pesquisadores.

No segundo tópico: “*O livro didático ‘História do Brasil – 1º Série Curso Ginásial’: uma escrita tradicional de acordo com Haddock Lobo, em 1958*”, analisaremos sobre a reforma do ensino secundário na década de 1940 através do Ministério da Educação e Saúde Pública do Ministro Gustavo Capanema. Foi no contexto entre as décadas de 1930-1960 que o movimento de educadores, intelectuais e estudantes da Escola Nova reivindicavam o ensino primário gratuito e obrigatório e escolas públicas nos outros níveis de ensino. No entanto, essas ideias foram contestadas pelos grupos conservadores da educação, Católicos e privatistas. Examinaremos também a capa do livro didático em pauta, as obras do autor e sua formação acadêmica, o Programa Oficial de História do Brasil presente no livro didático, conteúdos como a abolição da escravidão, e sobre a história contada dos povos indígenas.

Por último, no terceiro tópico: “*‘Série Grandes Brasileiros’: vultos históricos do Brasil dialogados por Haddock Lobo no livro didático*”, abordaremos sobre a noção de “descobrimento” e a imagem central de Pedro Álvares Cabral, o qual Haddock Lobo realça como o primeiro grande “herói” brasileiro, aquele “que deu início” a história do Brasil. Na contracapa iremos identificar os cenários da história do heroísmo e do sentimento pátrio, onde os personagens do panteão cívico são difundidos como “vultos” históricos. Destacamos a figura de Prudente de Moraes, o primeiro Presidente civil da República entre 1894-1898, sendo este um dos “vultos eminentes” mostrados pela editora Melhoramentos na contracapa do livro didático, considerado como o “pacificador” do Brasil.

2 O LIVRO DIDÁTICO COMO RECURSO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E FONTE DE PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

Os estudos referentes à educação brasileira presentes no curso de licenciatura de História, nos conduziram para a pesquisa historiográfica voltada aos livros didáticos, no sentido de debruçarmos e conhecermos mais sobre essa temática. Para analisar o saber educacional, o historiador deve partir de seu tempo presente, e pensar sobre um tempo passado. Dialogando com a teoria de Michel de Certeau (2017), o historiador parte de seu lugar social, a partir de uma prática presente, em que exerce sua função enquanto escritor, e analisando o passado esquecido como objeto de estudo, observando os contextos, temporalidades, territórios para não realizar anacronismos.

O lugar social é o contexto em que o autor está inserido, na tentativa de tornar possível uma história de um passado, objeto de estudo, morto¹². Examinar o contexto histórico da educação brasileira é explorar objetos de pesquisas pensáveis, que ficaram esquecidos, e entender através da história, como essas narrativas se tornaram pensadas, e em quais condições foram formuladas.

Nessa ânsia de aprender mais sobre a história da educação do Brasil, a pesquisa documental nos levou a conhecer o acervo online de livros didáticos digitalizados,

¹² O historiador Certeau (2017, p. 42) diz que: “Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente”.

organizados pelo “Laboratório de Ensino e Material Didático – História (LEMAD)”, na Universidade de São Paulo – USP, fundado no ano de 2008.

A partir desse ponto, a análise do livro didático se tornou peça fundamental para a pesquisa, surgindo assim o recorte temático e o recorte temporal, concernente ao livro didático intitulado de “História do Brasil – 1º Série Curso Ginásial”, do ano de 1958, escrito por Roberto Jorge Haddock Lobo Netto.

Entretanto, o que leva o pesquisador da área de história a analisar o livro didático como uma fonte histórica? Quais são seus objetivos, questionamentos, críticas e inquietações? Antes de tudo, precisamos entender mais sobre o que é o livro didático, como ele surgiu e se intensificou na sociedade, seus usos como um material didático escolar, e como se tornou uma ferramenta fundamental para o historiador enquanto pesquisador.

2.1 A expansão das fontes historiográficas: o livro didático como objeto de estudo

O livro didático é um material metodológico e pedagógico, sendo uma ferramenta de trabalho extremamente importante para o professor e o aluno no ambiente de sala de aula. Ele também é uma construção cultural, usado como um auxílio do professor para exercer uma aula, e está presente no ensino escolar brasileiro desde o século XIX¹³.

Entre os séculos XX e XXI, o livro didático passou por fortes transformações em suas produções. Essas transformações, didático-pedagógico, foram realizadas de acordo com cada temporalidade histórica, em que a sociedade está vivenciada, e mesmo que de forma indireta, o contexto social e político acabam interferindo na produção do livro didático, tanto no conteúdo quanto nos processos pedagógicos, em outras palavras, o livro didático é produzido em cada momento histórico através da subjetividade de um saber específico que o produz¹⁴, e também, como afirma Alves (2017):

Atrelado à dimensão curricular do livro didático, percebe-se a tonicidade do caráter político em seus múltiplos aspectos e também em virtude de representações subjacentes aos processos de escolha, de decisão e de disputas de poder, as quais determinam saberes necessários à aprendizagem. (ALVES, 2017, p. 76).

Diante das transformações espalhadas nas mudanças sociais, o livro didático também se tornou um objeto de pesquisa para os historiadores do campo da história da educação, como por exemplo, o historiador francês Alain Choppin, um dos pesquisadores do livro didático no mundo, e, no Brasil, Circe Bittencourt, uma das principais historiadoras que analisa o livro didático como uma fonte histórica.

Muitas são as fontes fundamentais para os pesquisadores de história que podemos citar: Fontes documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas, audiovisuais, assim como o livro didático, o qual é uma fonte primária e relevante na pesquisa historiográfica, trazendo outra maneira de refletir sobre a história e o seu ensino, e de que modo foi pensada e transmitida no período histórico. Porém, o uso das fontes por meio dos historiadores passou por mudanças no campo historiográfico. Refletindo brevemente sobre a produção

¹³ Sobre o surgimento do livro didático de história no Brasil, a historiadora Circe Bittencourt (2008, p. 136), afirma que “Pelo *corpus* documental constituído de 43 livros de História do Brasil, compreendendo as publicações entre 1831 e 1910, podemos perceber três momentos na composição dessa literatura. Uma primeira fase, ‘o nascimento do livro escolar de História do Brasil’, correspondeu às décadas de 1830 e 1840, no decorrer do conturbado período regencial. Um segundo momento teve início com a introdução da disciplina de História do Brasil nos currículos oficiais escolares, para o secundário e escolas *elementares do 2º grau* ou primário complementar, na fase da conciliação. Na década de 1880, iniciou-se um período de elaboração de livros compostos segundo os pressupostos de uma história cientificista, correspondendo à fase de propaganda e, depois instauração do regime republicano.”.

¹⁴ Um exemplo são as modificações nos livros didáticos a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e das discussões sobre o Novo Ensino Médio. De acordo com Rego, Queiroz e Morais (2022, p. 48): “O livro didático no Novo Ensino Médio emerge, assim, como um resumo da BNCC a ser seguido. Tal perspectiva se torna preocupante tanto no conteúdo, quanto na forma de se ensinar.”.

historiográfica, é importante pensar sobre como as fontes foram tratadas por meio da história ao longo do tempo.

A historiografia tradicional, no século XIX, mais especificamente, a história científica, baseada no pensamento de Leopold Von Ranke, relacionava a fonte histórica com os documentos escritos e oficiais de eventos políticos. O historiador que utilizava-se desses documentos, teria que ser imparcial com o seu objeto de estudo, buscando a cada instante a neutralidade. O pesquisador deveria buscar documentos autênticos e narrar de forma objetiva o fato. De acordo com Reis (1996):

A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto. Ele evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir em sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer ‘tais como são’. Passivo, o sujeito se deixa possuir pelo seu objeto, sem construí-lo ou selecioná-lo. É uma consciência ‘recipiente’, que recebe o objeto exterior em si, ou uma consciência ‘espelho’, que reflete o fato tal como ele é, ou, ainda uma consciência ‘plástica’, que toma as formas dos objetos que se apresentam diante dela. Para obter esse resultado, o historiador deve se manter isento, imparcial, emocionalmente frio e não se deixar condicionar pelo seu ambiente sócio-político-cultural. (REIS, 1996, p. 13).

Outra vertente da historiografia tradicional foi a escola metódica, que estava ligada ao positivismo francês, entre o século XIX e a primeira metade do século XX e seguiu com a mesma linha de pensamento da história científica alemã, tendo como influência o Iluminismo, embasada na ideia de progresso e história linear, em busca de uma sociedade moral.

A escola metódica tinha como base o método, o qual era essencial para analisar os fatos, onde o historiador aplicava uma escrita objetiva, sem espaços para críticas e subjetividades. O pesquisador, diante do raciocínio positivista, tinha como foco a busca pela verdade, sua fonte primária eram os documentos oficiais que narravam os grandes acontecimentos históricos e não era necessário pôr em dúvidas a veracidade dos fatos, pois os documentos eram vistos como verdades absolutas. Reis (1996) explica que era característico do historiador positivista:

[...] o apego ao documento [...] o esforço obsessivo em separar o falso do verdadeiro; o medo de se enganar sobre as fontes; a dúvida metódica, que muitas vezes se torna sistemática e impede a interpretação; o culto do fato histórico, que é dado, ‘bruto’, nos documentos. [...] O desejo de constituir a história sob bases científicas, se expressa, portanto, na ênfase ao dado, ao evento, no cultivo à dúvida, à observação, à erudição e na recusa dos modelos literários e metafísicos. (REIS, 1996, p. 18).

No entanto, com a renovação da historiografia no início do século XX, novas abordagens, objetos, problematizações e métodos surgiram na forma de fazer a história pelo historiador. A nova história¹⁵ desencadeou outra perspectiva no pensamento historiográfico, contrapondo-se a história tradicional, seja ela a história científica, fundamentada no pensamento de Ranke, e a escola metódica, ligada ao positivismo francês, que foram influentes, mais precisamente, no século XIX e no começo do século XX.

¹⁵ Conforme o historiador Peter Burke (1991, p. 09): “A expressão ‘a nova história’ é mais bem conhecida na França. La nouvelle histoire é o título de um a coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de ‘novos problemas’, ‘novas abordagens’ e ‘novos objetos’.”.

O termo a “nova história” foi muito aplicado no contexto da Escola dos Annales¹⁶, especificamente na terceira geração, com o historiador Jacques Le Goff, caracterizando a diversidade de abordagens para escrita da história, fugindo dos aspectos tradicionais historiográficos, que priorizavam uma história total, os documentos oficiais, os grandes eventos históricos e os grandes homens da história.

Tudo pode ser pensado como objeto de estudo na nova história. O historiador passou a ter diferentes visões com relação aos temas abordados, agora, contrariando a historiografia tradicional. Este novo jeito de escrever a história, passou a se preocupar com a análise das estruturas, propunha uma história fragmentada, uma história das ideias, uma história vista de baixo, uma história das mentalidades. O historiador Peter Burke (1991) destaca que:

Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo [...] a feminilidade [...] a leitura [...] a fala e até mesmo o silêncio. (BURKE, 1992, p. 11).

É com essa nova forma de produção da historiografia que surgiram alternativas de fontes para as pesquisas do historiador. Antes eram usados documentos oficiais. Atualmente, há um novo campo de temáticas a serem pensadas. Mas a fonte não fala por si só, ela não traz o fato como a verdade absoluta, é necessário o uso de ferramentas metodológicas e principalmente o diálogo entre fontes.

Uma fonte historiográfica é a evidência ou o vestígio dos eventos históricos e pode ser selecionada entre fonte primária e fonte secundária. A fonte primária está associada à problemática ou o objeto de estudo, o ponto de partida. Já a fonte secundária atua de forma indireta para compreensão dos fatos que estão ligados a pesquisa. Detemo-nos a fonte primária, com o avanço da historiografia, um conjunto de fontes passou a serem investigadas pelo historiador, de acordo com Toledo e Júnior (2012):

O tempo em que apenas os documentos escritos e/ou antigos eram valorizados parece ter sido superado. Hoje são consideradas como fontes válidas para trabalhos em história elementos como: pinturas, filmes, fotografias, registros sonoros, arquitetura, traçado urbano, mobília, utensílios, entre outros itens pertencentes à materialidade cultural de uma época. Enfim, uma fonte se define acima de tudo pelos registros e/ou indícios nela objetivados. Até mesmo as fontes escritas/manuscritas tiveram ampliado seu rol de possibilidades [...] (TOLEDO e JÚNIOR, 2012, p. 259).

Dentro desse leque de temáticas, o livro didático também se tornou uma fonte de investigação propícia para o historiador, conforme indica Choppin (2004, p. 551), “as pesquisas históricas referentes aos livros didáticos e, posteriormente, às edições escolares, tiveram desde os anos 1960 e, sobretudo, nos últimos vinte anos, um considerável impulso”. Isto implica dizer, que com a ampliação das fontes primárias, o livro escolar se tornou um objeto de estudo essencial para o pesquisador do campo histórico da educação desde a metade do século XX.

O cenário de pós-guerra, na década de 1950, alicerçou um movimento de historiadores para a criticidade dos conteúdos escolares, isto porque havia muitos estereótipos e

¹⁶ Segundo Lobo e Santos (2019 p. 55): “O que ficou conhecido como Escola dos Annales ou movimento dos Annales foi um apanhado de ideias, novas perspectivas e novas possibilidades lançadas ao campo historiográfico por dois jovens professores de história da Universidade de Estrasburgo, na França, no ano de 1929. A proposta apareceu pela primeira vez por meio de um periódico acadêmico chamado Annales: revista de História Econômica e Social, tendo como diretores Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1978-1956). Os Annales, como ficou conhecido o movimento, não corresponde a uma escola propriamente dita, mas a uma nova maneira de entender, interpretar, analisar e produzir o estudo sobre os homens no tempo. Tendo como líderes esses dois historiadores, a revista contava em seu comitê editorial com outros historiadores antigos e modernos, um geógrafo, um sociólogo, um economista e um cientista político.”.

preconceitos sobre determinados povos, os quais eram produzidos e transmitidos nos materiais didáticos, e conseqüentemente no ambiente escolar. Bittencourt (2008) aponta que:

[...] Os livros de História, particularmente, têm sido vigiados tanto por órgãos nacionais como internacionais, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda metade do século passado, divulgavam-se estudos críticos sobre os conteúdos escolares, nos quais eram visíveis preconceitos, visões estereotipadas de grupos e populações. Como se tratava da fase do pós-guerra, procurava-se evitar, por intermédio de suportes educacionais, qualquer manifestação que favorecesse sentimentos de hostilidades entre os povos. [...] (BITTENCOURT, 2008, p. 300).

Essas visões subjetivas, as quais são apresentadas nos livros didáticos, fazem parte do lugar social de quem fomenta o livro e da sociedade em que está inserido. Todo material escolar produzido tem determinadas funções a serem exercidas no ambiente escolar.

O livro didático tem um currículo de ensino a ser seguido, o qual é fundamentado por um saber político, ideológico e cultural que rege o ensino escolar, tendo as perspectivas teóricas e metodológicas da História em cada época, sendo influente na construção da identidade do alunado, onde o conteúdo apresentado nele, escrito por autores e reavaliados pela editora¹⁷, transmite conhecimentos aplicados na vida estudantil e social do aluno. De acordo com Choppin (2004, p. 553), essa “função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz”.

É nesse contexto que a problemática por parte dos historiadores se faz pertinente ao analisar o livro didático, pois a construção do currículo escolar é algo subjetivo e contraditório. O olhar crítico do historiador tem uma contribuição ao pensar o livro didático como objeto de estudo. Sabendo que o livro didático é uma produção mercadológica, política e sociocultural, acaba sendo um intermediário que silencia e deturpa os fatos históricos, bem como diz Choppin (2004, p. 557), “é necessário também prestar atenção àquilo que eles silenciam, pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela”.

Isto quer dizer que, com os conteúdos silenciados e deturpados no livro didático, muitas vezes o que é dito entrelinhas não é questionado pelos alunos, e até mesmo por alguns professores. O assunto transmitido tem uma característica de verdade absoluta, não havendo espaço para críticas, pois o livro didático já vem com temáticas pré-estabelecidas por quem escreveu, por isso que determinados assuntos são evidenciados e outros esquecidos.

À vista disso, faz-se necessário ao pesquisador do campo da história, proporcionar uma discussão historiográfica a qual possibilite compreender as circunstâncias em que o livro escolar foi produzido, assim como reitera Alves (2017):

[...] faz-se urgente criar condições de criticar o livro didático; entretanto, não significa meramente dizer: ‘isto está certo’ ou ‘isto está errado’; significa ir além, preocupar-se com suas lacunas relativas a determinados temas, grupos sócio-históricos e culturais; atentar-se para as informações adicionais necessárias que cheguem a aguçar a criticidade e as especificidades emergentes, de modo a ultrapassar os limites do que está escrito, suscitando alternativas dotadas de elementos subjetivos e históricos que, muitas vezes designadas ao silêncio. (ALVES, 2017, p. 79-80).

E para engendrar um cenário que propicie uma problematização ao livro didático, o historiador deve se interrogar sobre o sistema de ensino, sobre as temáticas e metodologias apresentadas no material escolar. Dentre esses questionamentos, Choppin (2004) indica sobre:

¹⁷ Bittencourt (2008, p. 301) explica sobre esse processo editorial: “o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma *mercadoria* ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista”.

[...] qual(s) discurso os manuais sustentam sobre determinada disciplina e sobre seu ensino? Qual(s) concepção(s) de história, qual(s) teoria(s) científica(s) ou qual(s) doutrina(s) lingüística(s) representam ou privilegiam? Qual o papel que atribuem à disciplina? Que escolhas são efetuadas entre os conhecimentos? Quais são os conhecimentos fundamentais? Como eles são expostos, organizados? Quais métodos de aprendizagem (indutivo, expositivo, dedutivo, etc.) são apresentados nos manuais? (CHOPPIN, 2004, p. 558).

Neste sentido, existem variedades de formas, que o historiador pode aplicar para pensar o livro didático como objeto de estudo, dentre essas formas a nossa fonte primária, o livro “História do Brasil – 1º Série Curso Ginásial”, do ano de 1958, escrito por Haddock Lobo, que é útil para que através da nossa análise possamos exemplificar quais são as nossas críticas e questionamentos.

3 O LIVRO DIDÁTICO “HISTÓRIA DO BRASIL – 1º SÉRIE CURSO GINASIAL”: UMA ESCRITA TRADICIONAL DE ACORDO COM HADDOCK LOBO, EM 1958

3.1 A Escola Nova e o contexto da educação brasileira entre a década de 1930-1960

O ensino de história no começo do século XX tinha por características: a formação da elite brasileira, a função pedagógica na formação política dessa elite, a influência iluminista para narrar à história da humanidade, a cronologia dos fatos históricos, e a construção da identidade nacional ligada a uma concepção eurocêntrica. Em outras palavras, o ensino de história estava voltado a uma cultura erudita, assim como aponta Bittencourt (2008):

A história, nesse contexto, tinha por objetivo apresentar e difundir ‘elementos que formam a trama da história, por meio de fatos políticos, econômicos, sociais, religiosos, literários, artísticos, científicos, enfim, os fatos culturais e de civilização’; ou seja, servia para a formação de uma ‘cultura geral e erudita’. (BITTENCOURT, 2008, p. 82, grifos do autor).

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, entre 1930-1934, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública¹⁸. Um dos principais expoentes deste ministério foi Gustavo Capanema¹⁹, atuando como ministro nos anos de 1934-1945. Foi nesse contexto que houve uma reforma no ensino secundário, caracterizado pelo decreto de lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário, entre o Curso Ginásial e o Curso Colegial. O curso Ginásial passou a ter quatro anos de duração, ou seja, 1ª Série, 2ª Série, 3ª Série e 4ª Série. Sobre o Ensino Secundário Bittencourt (2008) explica:

Ficou estabelecido que o secundário teria dois níveis: o curso ginásial, de quatro anos, e o curso colegial, separado em curso clássico e curso científico, de caráter propedêutico, com mais três anos. [...] Para determinados setores da classe média era suficiente o curso ginásial, e para os setores em ascensão e para as elites existia o colegial, que conduziria estes grupos selecionados aos cursos de nível superior. (BITTENCOURT, 2008, p. 82).

¹⁸ De acordo com o site História do Ensino de Línguas no Brasil – HELB: “O Ministério da Educação foi criado pela primeira vez no Brasil em 14 de novembro de 1930 com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua criação foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que havia tomado posse em 3 de novembro. O primeiro ministro da Educação, Francisco de Campos, veio de Minas Gerais.” Disponível em: <<http://www.helb.org.br/index.php/linha-do-tempo/1034-1930/62-ministerio-da-educacao-e-saude-publica>>.

¹⁹ O historiador Saviani (2011, p. 267-268) relata que: “Com a morte de Olegário Maciel, em 5 de setembro de 1933, Gustavo Capanema assumiu interinamente o governo de Minas, esperando ser nomeado interventor. Vargas, entretanto, nomeou Benedito Valadares. Diante da decepção de Capanema, foi-lhe prometido, para um momento posterior, o Ministério da Educação e Saúde Pública. De fato, após a posse como presidente constitucional, em 1934, Getúlio Vargas nomeou Capanema para o ministério, cargo em que permaneceria por 11 anos, até o final do Estado Novo, em 1945”.

Com isso, é perceptível que a formação no ensino secundário, tanto no curso ginásial, quanto no curso colegial, se tratava de uma educação voltada para a classe média e para as elites, sendo assim, não eram todos cidadãos brasileiros que tinham acesso à escolarização, tendo uma exclusão principalmente das pessoas pobres e daquelas que viviam afastadas das zonas urbanas. Com base em Santos, Prestes e Vale (2006, p. 136) “a educação escolar estivera especialmente associada à posição social do indivíduo, favorecendo somente alguns poucos privilegiados da elite, e servira para ajudar as pessoas a conservarem o próprio status ou a manterem o status quo”.

Todavia, muitos debates aconteceram acerca da educação no Brasil, durante as décadas de 1930-1960, sobretudo com a concepção liberal da Escola Nova²⁰, a qual ganhou força por um movimento de educadores que visavam “o ensino primário gratuito e obrigatório, gratuidade e escolas públicas nos demais níveis de ensino, bem como normatização e regulamentação desta obrigatoriedade” (SANTOS, PRESTES e VALE, 2006, p. 140). Entre os principais expoentes desse movimento encontrava-se a figura de Anísio Teixeira²¹, o qual se destacou na “luta pela implantação e consolidação de uma escola verdadeiramente pública, universal e gratuita” (SAVIANI, 2011, p. 288).

Na contramão desse movimento, a oposição conservadora ia de encontro a essa ideia de um ensino público e gratuito, entre os tais podem ser ressaltados: o grupo Católico e o grupo privatista, estes se sentiram ameaçados pelo fato da universalização do ensino público e gratuito em solo brasileiro, assim como destaca o historiador Souza (2022):

Os católicos e privatistas, depois do fim do Estado Novo, procuraram continuar a manter a sua influência nas instâncias administrativas através de verbas públicas para o financiamento de seus estabelecimentos. Havia uma interseção de interesses, já que a maioria dos estabelecimentos de ensino privados eram de corrente católica. Estes que viam com preocupação a expansão do ensino secundário público, já que consolidaram, como posto, a sua posição na oferta de educação, nesse nível de ensino. (SOUZA, 2022, p. 16).

Este cenário de antagonismo, entre os apoiadores da Escola Nova e os grupos conservadores da educação, Católicos e privatistas, se intensificou na década de 1950, principalmente com o Substitutivo apresentado no Congresso Nacional, em 1958, pelo então deputado Carlos Lacerda, o qual representou a escola privada destinada à elite. Sobre este acontecimento Saviani (2011) relata:

[...] foi apresentado em 26 de novembro de 1958 pelo deputado Carlos Lacerda um novo substitutivo que ficou conhecido como Substitutivo Lacerda. [...] esse substitutivo irá contemplar claramente os interesses da escola particular. A partir daí o conflito que se encontrava circunscrito à figura de Anísio Teixeira se desloca para o centro do debate sobre as diretrizes e bases da educação nacional. O Substitutivo Lacerda provoca uma intensa e extensa mobilização dos defensores da escola pública que o veem como o risco de um enorme retrocesso diante do pouco que se tinha realizado no âmbito da educação pública. Inversamente, os privatistas colocam-se a favor do Substitutivo. (SAVIANI, 2011, p. 288).

²⁰ Com relação a Escola Nova, Souza (2022, p. 13-14) relata que foi um “movimento internacional surgido na França, no século XIX, sob a liderança de Adolph Ferrière e outros (as), e que defendia o uso da educação como principal forma de construção de uma sociedade. Além disso, o movimento defendia a perspectiva da liberdade no ensino, criticava a escola repressora do aluno, entendia o professor como facilitador da aprendizagem, a escola voltada para a formação do trabalho e a aprendizagem como resultado da experiência do estudante”.

²¹ Anísio Spínola Teixeira nasceu no Estado da Bahia no ano de 1900. Sobre ele, Saviani (2011, p. 221-222) explica que: “apesar de ter tido oportunidades tentadoras de se projetar em outras atividades, Anísio Teixeira optou pela educação, elegendando-a como a questão central no plano de reforma da sociedade e de constituição da nacionalidade brasileira que ele sempre acalentou. [...] Nesse sentido ele vai considerar a educação elemento-chave do processo de inovação e modernização da sociedade que em alguns contextos ele denomina processo revolucionário. Portanto, para ele, a educação aparecia como elemento-chave no processo revolucionário”.

Diante desse contexto social e político que a educação brasileira presenciava naquele momento, a busca pela implantação de leis mais rígidas para o sistema educacional se fez mais pertinentes. Muitos educadores, intelectuais e estudantes, os quais representavam a Escola Nova, viam o Substitutivo Lacerda como um atraso ao ensino escolar, e se colocaram contra a essa ideia. No ano de 1959, foi redigido por Fernando de Azevedo²² o Manifesto dos Educadores, “este reafirmava os princípios da Escola Nova, mas tratando principalmente do aspecto social da educação, dos deveres do Estado Democrático e do direito à escola para todos” (SANTOS, PRESTES e VALE, 2006, p. 141).

Todavia, foi em dezembro de 1961 que o projeto, massificado pelos defensores da Escola Nova, se tornou concretizado e transformado em lei no Congresso Nacional, pelo Presidente da República João Goulart, assim como afirma Santos, Prestes e Vale (2006):

Em 20 de dezembro, o projeto foi transformado em Lei, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº. 4024 –, pelo Presidente João Goulart, com veto a 25 dispositivos, que foram posteriormente aprovados pelo Congresso Nacional. A partir de 1961, com base na ‘velha’ Lei, assim chamada por ter permanecido em discussão tão longo tempo, as escolas brasileiras passaram a ter maior liberdade na elaboração de programas e no desenvolvimento de conteúdos de ensino. Foi propiciada a criação de setores especializados nas escolas para coordenar suas atividades. (SANTOS, PRESTES e VALE, 2006, p. 142).

À vista disso, entendemos que a renovação do ensino brasileiro, só concretizou-se no início da década de 1960 com a efetiva Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. No que se refere à década de 1950, observamos um contexto de tensão na educação brasileira, entre os defensores da renovação escolar, mediante a Escola Nova, e os grupos conservadores, os quais queriam a continuação do modelo escolar que persistia no Brasil desde o início da República.

É dentro dessa conjuntura educacional, referente à década de 1950, que a problemática desta pesquisa se torna contundente, pois o livro didático de “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial”, do ano de 1958, escrito por Haddock Lobo, preservava o mesmo modelo tradicional da história que tanto marcou a produção dos livros didáticos no começo do século XX.

3.2 O autodidatismo de Haddock Lobo e a formulação do livro didático contemplando o Programa Oficial de História do Brasil

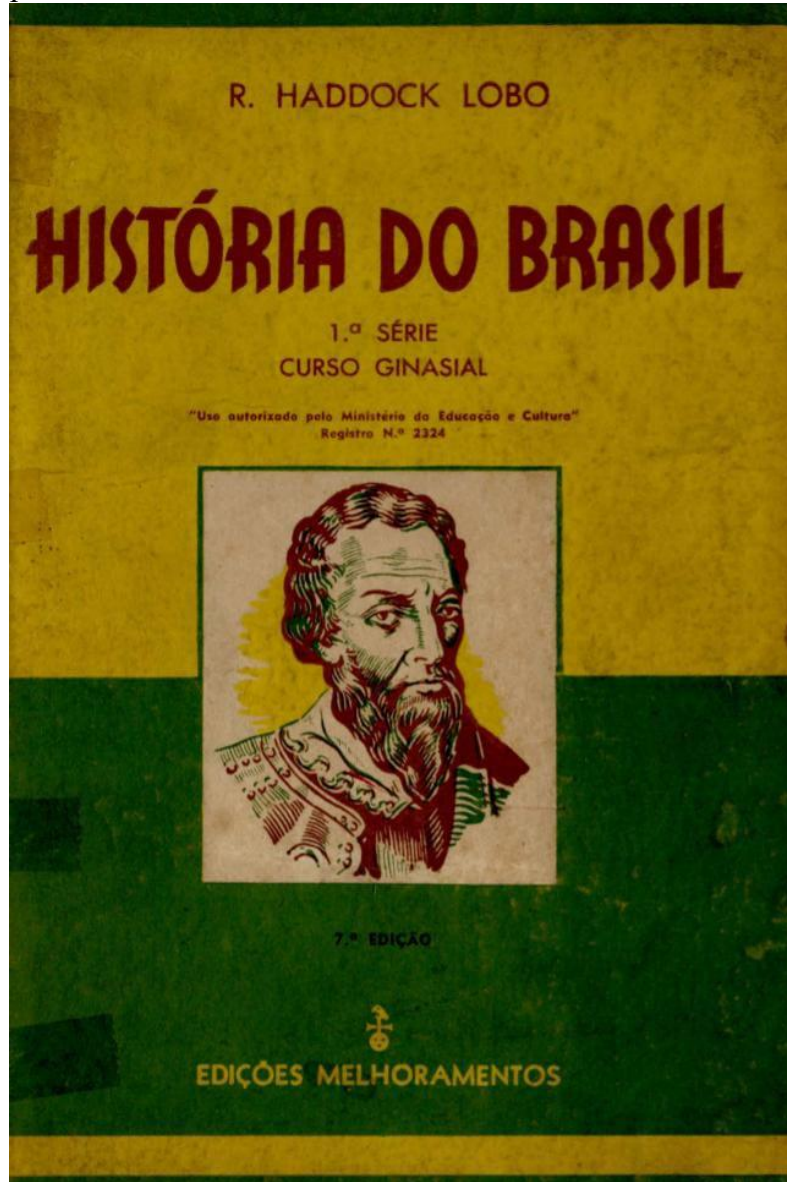
A análise do livro didático de “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial”, escrito por Haddock Lobo no ano de 1958, nos motiva a identificar a obra como uma construção intelectual e metodológica, a qual estava submetida ao Programa Oficial de História do Brasil que perdurava naquele momento. Além disso, podemos destacar o contexto político, econômico, social, cultural e mercadológico, que interferia na formulação do exemplar. É fundamental entender que o contexto da educação brasileira na década de 1950, possuía influência da historiografia tradicional, arraigada nos pensamentos circunscritos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB²³ sob a ótica do positivismo francês.

²² Fernando de Azevedo nasceu no Estado de Minas Gerais no ano de 1894, sendo considerado como um dos principais expoentes do movimento da Escola Nova no Brasil, “Fernando de Azevedo recebeu uma formação clássica de tipo jesuítico, voltando-se para a educação à margem, porém, de uma formação pedagógica específica [...] Em grande parte autodidata, Azevedo fazia cursos avulsos e tinha interesses intelectuais diversificados transitando pela literatura, sociologia, política e economia. Em consequência, sua adesão à Escola Nova resultou, por assim dizer, heterodoxa ou eclética [...] Para ele o ideal da Escola Nova envolvia três aspectos: escola única, escola do trabalho, escola-comunidade.” (SAVIANI, 2011, p. 211).

²³ Monteiro (1994, p. 166) explicita que “é a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1839, que caracteriza este período e projeta raízes profundas na cultura histórica brasileira, produzindo e legitimando o discurso historiográfico ao longo de toda a segunda metade do séc. XIX.”.

A imagem a seguir trata-se da capa do livro didático produzida pela editora Melhoramentos, evidencia as cores da bandeira do Brasil, e a figura central de Pedro Álvares Cabral:

Imagem 1: Capa do livro didático “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginasial”, de 1958



Fonte: LOBO, R. Haddock. **História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginasial. 7ª ed.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

Para realizar uma pesquisa detalhada acerca da capa acima, é preciso antes de tudo mostrar quem foi Roberto Jorge Haddock Lobo Netto. Esse autor era um influente escritor de livros didáticos na década de 1950 no Brasil. O mesmo nasceu no ano de 1902, na cidade do Rio de Janeiro, estudou na Suíça, e percorreu também pelo Brasil em sua vida acadêmica, como na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e no ano de 1938 cursou Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL²⁴ da Universidade de São Paulo – USP.

²⁴ Em 1934, surgiu a Universidade de São Paulo – USP, a primeira universidade consolidada no Brasil, dentro de seus segmentos surge no mesmo ano a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. De acordo com Ferreira (2012, p. 5): “em 1934 se torna concreto o projeto da Universidade de São Paulo, no qual os objetivos são: desenvolver a cultura filosófica, científica, literária e artística; ampliar a investigação científica, isto é, investigações de altos estudos, de cultura livre e desinteressada; formar as classes dirigentes; e fazer com que a universidade prepare o homem como profissional e cidadão”.

Haddock Lobo produziu livros de romances, como por exemplo, “Um Burguês Ianque Paulistano”, assim como de Geografia e Psicologia. No campo da História escreveu muitos livros didáticos, alguns estão digitalizados no site do LEMAD²⁵.

A primeira problemática que deve ser feita, é o fato do escritor Haddock Lobo não ter se formado em História, isto porque, sua formação em filosofia, não lhe dava o título de historiador, o mesmo tinha a opção de cursar História na FFCL na década de 1930, que era um curso unido com a disciplina de geografia²⁶, onde “era dividida em quatro cadeiras e possuía cinco disciplinas, isto é, Geografia Geral e Antropogeografia; História da Civilização; História da América; História da Civilização Brasileira” (FERREIRA, 2012, p. 7).

Entretanto, entre as décadas de 1930 e 1950, não era ainda tão recorrente os historiadores ter formação em um curso profissionalizante específico de História²⁷, além do mais, muitos escritores do campo da História, tinham grande influência do IHGB, o qual estava bastante ligado à ideia de construção da identidade nacional, embasado em um saber Iluminista e político. O historiador Monteiro (1994) observa que:

A formação dos historiadores estava restrita a leitura não sistemáticas de pensadores europeus, ao autodidatismo e diletantismo, fruto do débil panorama institucional – não haviam escolas ou universidade dedicadas à formação de historiadores até a criação da Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1934 – e da inexistência de fronteiras bem definidas entre a arte da Retórica, a Literatura e a História que estava mais próxima de ser um gênero literário do que constituir um saber científico. Em geral, os historiadores eram advogados, médicos, funcionários do Estado que por sua erudição e ‘amor ao passado’ arriscavam-se a incursionar pelo campo da História, reunindo-se nos Institutos Históricos e Geográficos nas províncias. (MONTEIRO, 1994, p. 167).

É nesse segmento da historiografia brasileira que o escritor Haddock Lobo está inserido, o seu lugar social enquanto pesquisador da área de História está refletido na ideia do autodidatismo, muito marcante no IHGB, entre o século XIX até a metade do século XX. Para o autor, não bastava ter erudição no campo do Direito, da Filosofia, da Geografia, ou até mesmo da Psicologia, era necessário também dominar os conteúdos de História, percorrer por caminhos que levassem ao passado, não de uma história fragmentada, mas de um conhecimento linear, uma narrativa descritiva e factual, baseada na perspectiva de uma história geral, total e completa. Este raciocínio fica evidente na imagem abaixo, onde observa-se as obras do autor escritos na Editora Melhoramentos²⁸:

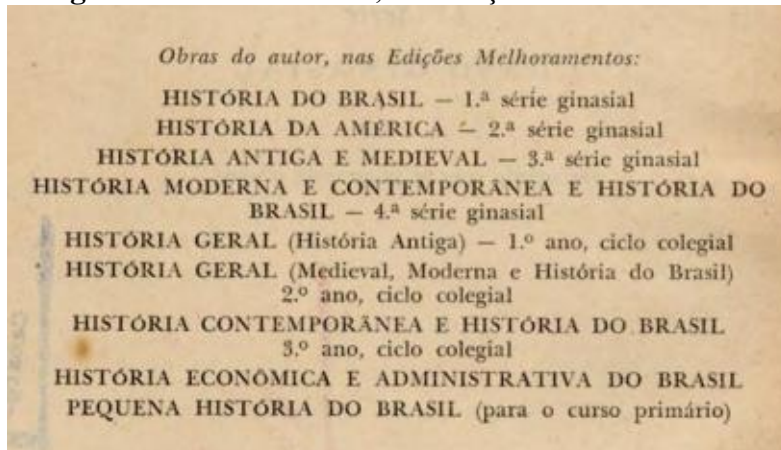
²⁵ “Seus compêndios de História tiveram grande repercussão, sendo que no acervo do LEMAD estão presentes as obras: ‘História Contemporânea e História do Brasil’, de 1957, ‘História do Brasil’, de 1955, ‘História do Brasil para primeira série do curso ginasial’, de 1958, ‘História Moderna e Contemporânea e História do Brasil’, de 1959, todos publicados pela editora Melhoramentos; História Geral-Ciclo Colegial, de 1963, publicado pela Companhia Editora Nacional; e História Econômica e Administrativa do Brasil, de 1964, publicado pela Editora ATLAS S.A”. Disponível em: < <https://lemad.fflch.usp.br/node/1172>>.

²⁶ No que se refere a essa fusão das disciplinas de História e Geografia na FFCL, o historiador Coggiola (2004, p. 11) explica que o curso de História “fora desmembrado em 1955/56 do curso de Geografia e História, antiga 5ª. sub-seção de Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, existente desde 1934”.

²⁷ O marco para profissionalização do ensino e pesquisa de História se dá em 1961, com a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, de acordo com Escosteguy Filho (2013, p. 22): “Em 19 de outubro de 1961, foi fundada, na cidade de Marília, estado de São Paulo, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH. A entidade trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de História, opondo-se de certa forma à tradição de uma historiografia não acadêmica e autodidata, ainda amplamente majoritária à época”.

²⁸ Sobre a editora Melhoramentos, a historiadora Alessandra Pedro (2016, p. 173) diz: “A Companhia Melhoramentos de São Paulo foi criada na cidade de Caieiras, em 1887, por Antonio Proost Rodovalho com a implantação de mecanismos para a confecção de fibras de papel. Em 1890, no Salão Nobre do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, ocorre a efetiva instalação da Companhia Melhoramentos de São Paulo com a venda de suas ações. No ano de 1894, chegou a São Paulo Otto Weiszflog vindo de Hamburgo, adentrando o ramo do papel ao trabalhar na papeleria do também alemão Bühnaeds, cuja empresa além de relações comerciais com a família Weiszflog na Alemanha, possuía sociedade com Rodovalho estendendo o negócio a oficinas de encadernação e confecção de cadernos. Posteriormente, nos anos 1896 e 1900, migraram para o Brasil os outros dois Weiszflog já com tradição em artes gráficas graças ao financiamento do pai. Em 1899, a família associou-se a Bühnaeds e logo em seguida iniciou seus negócios com a Companhia Melhoramentos de São Paulo para o fornecimento de papel. A Weiszflog Irmãos acabaria por assumir a direção da empresa devido ao afastamento por problemas de saúde de Bühnaeds (1904) e nos anos seguintes intensificaria seus negócios com a Cia. Melhoramentos que, em 1903, havia transferido sua sede para São Paulo. Os primeiros anos do século XX seriam promissores para as duas empresas, que se destacariam nas inovações de maquinário para

Imagem 2: “Obras do autor, nas Edições Melhoramentos”



Fonte: LOBO, R. Haddock. **História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial**. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 2.

Tomando como base o IHGB para a construção da identidade nacional brasileira, era característico da historiografia tradicional, alicerçada nos ideais Iluministas, o historiador ser um erudito, transitando entre vários assuntos históricos, não apenas da História do Brasil, mas uma história universal, que abrangesse todo o conhecimento humano.

Haddock Lobo fez parte desses historiadores, que escreveu sobre a história da humanidade, presente nos livros didáticos, entre a História do Brasil, a História da América, História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea, e ainda uma História Econômica do Brasil.

Este raciocínio universal e racional do autor traz a ideia de um processo global e total da história, em outras palavras, uma história macro que tentava resgatar o conhecimento geral da humanidade. Essa história macro, universal, geral e total, é refletida pelo historiador Reis (2006):

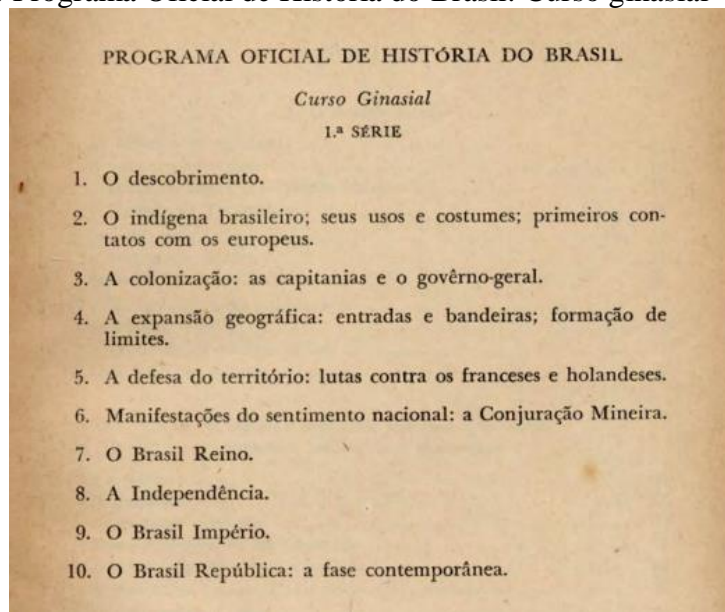
Eis aí esboçado brevemente o quadro das macroteorias que orientaram a reflexão e a ação históricas do século XVIII ao XX. [...] o projeto moderno, iluminista, que produzia metanarrativas filosóficas que ofereciam o conhecimento do sentido global da história e davam a todo evento um lugar e significação [...]. (REIS, 2006, p. 72).

A ideia de uma história universal, que conta o fato de forma linear, identificada na formação moral da civilização brasileira, exclusiva de uma elite, foi muito aplicada nos livros escolares produzidos por Haddock Lobo, entre as décadas de 1950 a 1960, entretanto, essa forma de se produzir o livro didático esteve muito influenciada com as normas oficiais²⁹ do ensino de história, ou como é descrito no livro aqui analisado, o “Programa Oficial de História do Brasil”. Vejamos o recorte a seguir:

a produção de papel e de técnicas de impressão, figurando entre as empresas paulistas mais convidadas a participarem de exposições nacionais e internacionais. Em 1912, por encomenda de Francisco Alves a Weiszflog Irmãos ingressou no universo da produção de livros escolares, trazendo para seu quadro de colaboradores Arnaldo de Oliveira Barreto, diretor da Escola Normal de São Paulo e incentivador da renovação educacional. Assim a empresa ganhou experiência e se tornaria uma referência na produção de manuais e compêndios didáticos. Toda trajetória de aproximação da Companhia Melhoramentos e dos Irmãos Weiszflog teve fim com a incorporação da editora Melhoramentos pela Weiszflog em 04 de dezembro de 1920. A justificativa para tal procedimento se deve a problemas financeiros da Companhia Melhoramentos e da carência de abastecimento de papel vivida pela Weiszflog Irmãos e por outras editoras no período. Entre os anos 1938 e 1943, a Melhoramentos representava uma das seis maiores editoras brasileiras e a com maior índice de publicações direcionadas às crianças e às obras de cunho didático”.

²⁹ Sobre essas normas oficiais, a historiadora Circe Bittencourt (2008, p. 97 – 98) explica: “Os autores dos livros escolares, ao redigirem seus textos, deveriam organizar o conhecimento erudito para uma forma didática baseando-se nas normas oficiais estabelecidas e criar um estilo de exposição assimilável por um público heterogêneo. Os autores responsabilizaram-se por agrupar o corpo de conhecimentos prescritos pelo poder, dando-lhes uma lógica interna e articulada em subtemas ou capítulos organizados em planos sucessivos”.

Imagem 3: Programa Oficial de História do Brasil: Curso ginásial – 1.^a Série.



Fonte: LOBO, R. Haddock. **História do Brasil – 1.^a Série Curso Ginásial**. 7^a ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 3.

Entre as décadas de 1930 a 1960, o “Programa Oficial de História do Brasil”, mostrado na imagem acima, era representado pela Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, encarregada de avaliar e julgar favorável ou contrário os livros didáticos no Brasil que não seguissem as normas pré-estabelecidas, tanto no ensino primário quanto no ensino secundário, além de autorizar o consumo e uso do livro escolar. De acordo com o historiador Ribeiro Júnior (2016):

A criação da CNLD ocorreu com a aprovação do Decreto-lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Esse decreto atinava-se à política de centralização administrativa que se articulava no governo federal, imbuído de um projeto voltado para o controle ideológico dos conteúdos vinculados aos livros didáticos, estando de acordo com a política educacional empreendida pelo ministro da educação Gustavo Capanema. (RIBEIRO JÚNIOR, 2016, p. 206).

Dessa forma, o “Programa Oficial de História do Brasil” tinha que está alinhado com a CNLD. Não poderia ter como conteúdos nos livros didáticos de história: narrativas que ferissem a honra nacional; mensagens ideológicas contra o sistema político que regia a Nação; uma escrita que contrariasse as tradições e os heróis nacionais; temáticas que despertassem a oposição e a luta entre as classes sociais; e a não aplicação da igualdade religiosa³⁰.

O recorte manifesta o conteúdo de história subdividido em 10 capítulos apresentados a 1.^a Série do curso ginásial, os tópicos elencados trazem uma concepção de história vinculada a historiografia tradicional e positivista a qual marcou a escola metódica francesa do século XIX.

Interessante observar que os temas difundidos narravam os grandes acontecimentos históricos, além disso, elas levavam o sentido de uma história do progresso e linear, uma história cronológica, de um começo, “O descobrimento”, e um fim, “O Brasil República: a fase contemporânea”, ou seja, uma história total e enciclopédica que englobava os principais conteúdos elencados pelo “Programa Oficial de História do Brasil” influenciado pelo IHGB.

³⁰ Ver decreto de lei n° 1.006, de 30 de dezembro de 1938, disponível: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Bittencourt (2008) realça essa influência nos programas curriculares de história nos livros didáticos:

Historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) haviam fornecido, no decorrer do século XIX, as bases de uma história nacional dividida em períodos definidos pela ação política: a descoberta do Brasil – o nascimento da nação que era notadamente branca, europeia e cristã foi constituído no período da colonização, a Independência e o Estado monárquico, que possibilitaram a integridade territorial e o surgimento de uma ‘grande nação’. A História do Brasil dos programas curriculares e dos livros didáticos possuía o mesmo arcabouço, mas, na prática escolar, paradoxalmente, foi um conteúdo complementar na configuração de uma identidade nacional. A história do Brasil no mundo europeu, e era este mundo a matriz ou o berço da Nação. (BITTENCOURT, 2008, p. 79).

Contudo, se por um lado a história do Brasil, referente aos programas curriculares nos livros didáticos, idealizava a construção de uma identidade nacional, como por exemplo, os grandes eventos históricos brasileiros, os considerados heróis nacionais, a descoberta do Brasil, a Independência e o Estado monárquico, inspirados pelo IHGB, do pensamento iluminista, e de uma visão eurocêntrica da história, por outro lado, essa mesma percepção de história negligenciava e estereotipava alguns assuntos que são de extrema importância para o conhecimento da Nação brasileira.

Podemos citar dois exemplos presentes no “Programa Oficial de História do Brasil” do livro didático. O exemplo 1 é a exclusão do tema da escravidão no país, nota-se que não existe nenhum capítulo específico o qual retrate a história da escravidão brasileira. A historiadora Fernanda Lucchesi (2008) discute um pouco sobre essa questão:

Se nos livros consultados a falta de um capítulo exclusivamente dedicado aos brancos não implica em sua ausência, já que teriam tomado conta do país, no caso dos negros, entretanto, isso significa seu quase desaparecimento. [...] A escravidão surge como um acaso nos capítulos sobre o Quilombo de Palmares e a Abolição para desaparecer logo em seguida. Mesmo nesses capítulos, os escravos e libertos não são os personagens principais dos relatos. (LUCCHESI, 2008, p. 6).

Essa lacuna relacionada a história da escravidão no Brasil, refletida por Lucchesi (2008), revela que o povo negro, entre os escravos e libertos, ficaram ausentes nos livros escolares, os mesmos quase desapareceram dos conteúdos históricos, o que se percebe são apenas alguns vislumbres narrados brevemente sobre o contexto escravista e o período abolicionista. Esse entendimento fica bastante evidente no Capítulo 9 “O Brasil Império”, postulado no índice escrito por Haddock Lobo. Vejamos a imagem a seguir:

Imagem 4: “A campanha da abolição”.

| | |
|--------------------------------------|-----|
| <i>A campanha da abolição</i> | 165 |
| Condições de vida dos escravos | 165 |
| O tráfico de escravos | 167 |
| O movimento abolicionista | 167 |
| A abolição | 168 |

Fonte: LOBO, R. Haddock. **História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial**. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 10.

O recorte do índice, relativo ao livro “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial”, expõe um lapso histórico para o conhecimento e aprendizado do povo negro, do contexto escravista e abolicionista, e do cenário pós-escravidão, momentos tão sérios da história do Brasil, os quais foram resumidos em quatro páginas nas escritas de Haddock Lobo.

Resumir em alguns parágrafos o cenário da escravidão é silenciar a história do povo negro, a história de um povo, que assim como aponta Bittencourt (2008, p. 81), “continuava

alijado da memória histórica escolar e da galeria dos heróis fundadores e organizadores do Estado-nação”.

O exemplo 2 retrata as visões estereotipadas acerca do povo indígena. O “Programa Oficial de História do Brasil” selecionava o capítulo 2 dedicado a narrar os fatos históricos, entre costumes, tradições, crenças, e organização dos grupos indígenas. Neste mesmo capítulo, a narrativa de Haddock Lobo, trazia como último tópico intitulado de “O selvagem brasileiro e os seus primeiros contatos com os europeus”. Vejamos a citação a seguir:

Muitas das primeiras expedições portuguesas que atingiram as costas do Brasil foram bem acolhidas pelos indígenas. Mostraram-se estes espantados com a *brancura da pele* dos visitantes, com suas armas, suas vestes e, principalmente, suas vistosas embarcações. Mas, em grande parte dos casos, não deram sinal de temor ou de hostilidade. Cabral e seus comandados, por exemplo, tiveram contato agradável e pacífico com êsses *homens bronzeados*, a quem deram presentes vários, tais como facas e miçangas. [...] Nem sempre, porém, foi tão cordial a recepção proporcionada aos europeus. Américo Vespucci presenciou terrível cena de *canibalismo*, tendo os *selvagens* trucidado, à vista dos companheiros, um jovem português. [...] Seus logros e suas violências despertaram fortes reações e houve muitas e sangrentas lutas. Estabeleceu-se, então, um ambiente de hostilidade e desconfiança, que dificultou bastante o povoamento do Brasil pelos *homens brancos*. (LOBO, 1958. p. 35-36, grifos nossos).

Podemos perceber deste trecho apresentado no livro didático, um olhar eurocêntrico da história, refletido na ideia de colocar o homem branco português em tom de superioridade, como o conquistador. Os portugueses são identificados como os seres que vieram “salvar” aquelas terras longínquas, e civilizar aqueles povos, além disso, é perpassado uma ideia do conquistador com o aspecto de cunho amigável. Por outro lado, o indígena é retratado como o “selvagem”, como aquele que pratica o “canibalismo”³¹, e ainda como seres “violentos” os quais transformam o ambiente em hostilidade. A cor da pele também é caracterizada por uma visão de diferença, entre os brancos colonizadores, e os indígenas de peles “escuras” e “bronzeadas”.

A escrita de Haddock Lobo, acerca dos povos indígenas, produz um estudo sob forte embasamento da história tradicional ligada a uma concepção positivista e europeia, como já discutimos anteriormente. Entretanto, essa forma tradicional de entender o indígena, não era apenas característico do escritor aqui analisado, pois era comum de outros autores escrever nos livros didáticos seguindo essa mesma linha de pensamento, além de está sujeito ao “Programa Oficial de História do Brasil”. Essa maneira de tratar os indígenas nos livros didáticos é refletida por Lucchesi (2008):

[...] apesar dessas diferenças de tratamento, o conteúdo veiculado pelos livros didáticos sobre os indígenas é o mesmo. E, talvez por já configurar-se em seção autônoma desde os primeiros compêndios de história, esse conteúdo tenha permanecido praticamente inalterado em muitos livros didáticos até a década de 1980. (LUCCHESI, 2008, p. 6).

Sendo assim, é perceptível que houveram omissões e estereótipos construídos a respeito do povo negro e indígena na narrativa de Haddock Lobo. Isso se deu porque o autor se concentrava por narrar os estipulados grandes acontecimentos históricos, uma tentativa de construir a nação brasileira a partir da Europa, como se Portugal fosse o princípio da Nação

³¹ Sobre esse termo, a socióloga Carvalho (2008, p. 128): “O canibalismo enquanto conceito emerge, portanto, a partir da noção bestial de comedores de gente. Considerava-se que alguém que comesse um homem não era gente, era bicho. Mas não qualquer bicho, um bicho cruel, traiçoeiro e feroz, pois comeria os da mesma espécie, que é precisamente o que distingue a antropofagia do canibalismo. Desta forma, conferir a alguém o título de canibal é acreditar que esta pessoa se posicionaria em um nível abaixo na escala hierárquica evolucionista, pois Homens seriam apenas aqueles que já suprimiram a animalidade. Mas qualificar alguém como canibal significa, também, atribuir uma periculosidade a esta pessoas”.

brasileira, ou como se o Brasil só fosse possível existir porque a Nação portuguesa o “descobriu”. É por isso que a **imagem 1**, a capa do livro didático aqui analisado, traz como figura central a representação do considerado herói nacional, Pedro Álvares Cabral, como um personagem que deu o “início” a história do Brasil.

4 “SÉRIE GRANDES BRASILEIROS”: VULTOS HISTÓRICOS DO BRASIL DIALOGADOS POR HADDOCK LOBO NO LIVRO DIDÁTICO

4.1 Pedro Álvares Cabral: o primeiro considerado “grande herói” dentro do panteão cívico

“Homem experimentado e de comprovada energia” (LOBO, 1958, p. 15), assim é a forma que Haddock Lobo retratava a figura de Pedro Álvares Cabral, como o grande herói nacional, o qual deu entrada à história do Brasil diante do descobrimento em 22 de abril do ano de 1500. O autor também afirma que “se alguém se antecipou a Cabral, no descobrimento de nosso território, disso não deixou nenhuma prova firme e incontestável” (LOBO, 1958, p. 16). Em outra passagem o mesmo diz: “Considerando-se que foi, realmente, Pedro Álvares Cabral o descobridor do Brasil” (LOBO, 1958, p. 16). Esses trechos realçam o pensamento do escritor, que data o início da história do Brasil por Pedro Álvares Cabral, quando este achou terras novas ainda não exploradas por nações ditas “civilizadas” do continente europeu. Para Haddock Lobo era incontestável o fato de Cabral ser o “grande descobridor” do Brasil.

Sobretudo, precisamos entender que essa noção de “descobrimento” é algo característico da historiografia tradicional e eurocêntrica que ainda refletia nos livros didáticos e na sala de aula da década de 1950. De acordo com Sosa (2010), o conceito de “descobrimento”:

[...] além de apresentar uma história falaciosa, carrega consigo toda uma necessidade da cultura européia ocidental de encobrir ou de legitimar o direito de tomar posse, pois tudo aquilo que é descoberto é achado, portanto não pertence a ninguém. Quem primeiro descobrir é o seu legítimo dono. Essa inverdade histórica congregava não só o desejo dos portugueses, à época das descobertas, de fazerem ver ao mundo que eles haviam achado um quinhão a mais que os espanhóis, como ainda negava toda a historicidade dos habitantes do lugar, no caso, os índios. (SOSA, 2010, p. 137-138).

Portanto, colocar Pedro Álvares Cabral como aquele que “descobriu” o Brasil é narrar a história diante de uma visão ocidental e apontar que a nossa história só começou a partir dos portugueses, excluindo a história dos povos originários antes e depois do contato. O ocidente, representado aqui pela nação portuguesa, se achou no direito de tomar posse das terras já ocupadas pelos nativos, como se estes não fossem participantes daquele território, de maneira que nos leva a pensar que o descobrimento teria sido possível apenas porque os portugueses, constituídos como “civilizados”, trouxeram a civilização para os nativos considerados por eles como “selvagens”.

Se observarmos a **Imagem 1**, discutida no tópico 2 deste artigo, veremos que a própria cor da capa faz alusão as cores da Bandeira Nacional, o verde e o amarelo, evidenciando a ideia do sentimento pátrio, refletida na construção da identidade nacional, muito comum no período republicano brasileiro, que utilizou de símbolos, como bandeiras e o Hino Nacional, e os heróis que lutaram e contribuíram para a história do Brasil, na tentativa de comover os cidadãos brasileiros perante o sentimento de pertencer a pátria.

A editora Melhoramentos trouxe a caricatura de Pedro Álvares Cabral como a figura central da capa do livro didático, representando assim o primeiro “grande herói” brasileiro

dentro do panteão cívico³². Pela capa, identificamos o tipo de história que era apresentado aos alunos da 1ª série do curso ginásial, uma história que narrava os principais fatos, enaltecendo os grandes homens da nação brasileira, e relembrando as datas históricas ditas importantes.

4.2 Os “brasileiros ilustres”: o “heroísmo nacional” no ensino de história apresentado por Haddock Lobo no livro didático

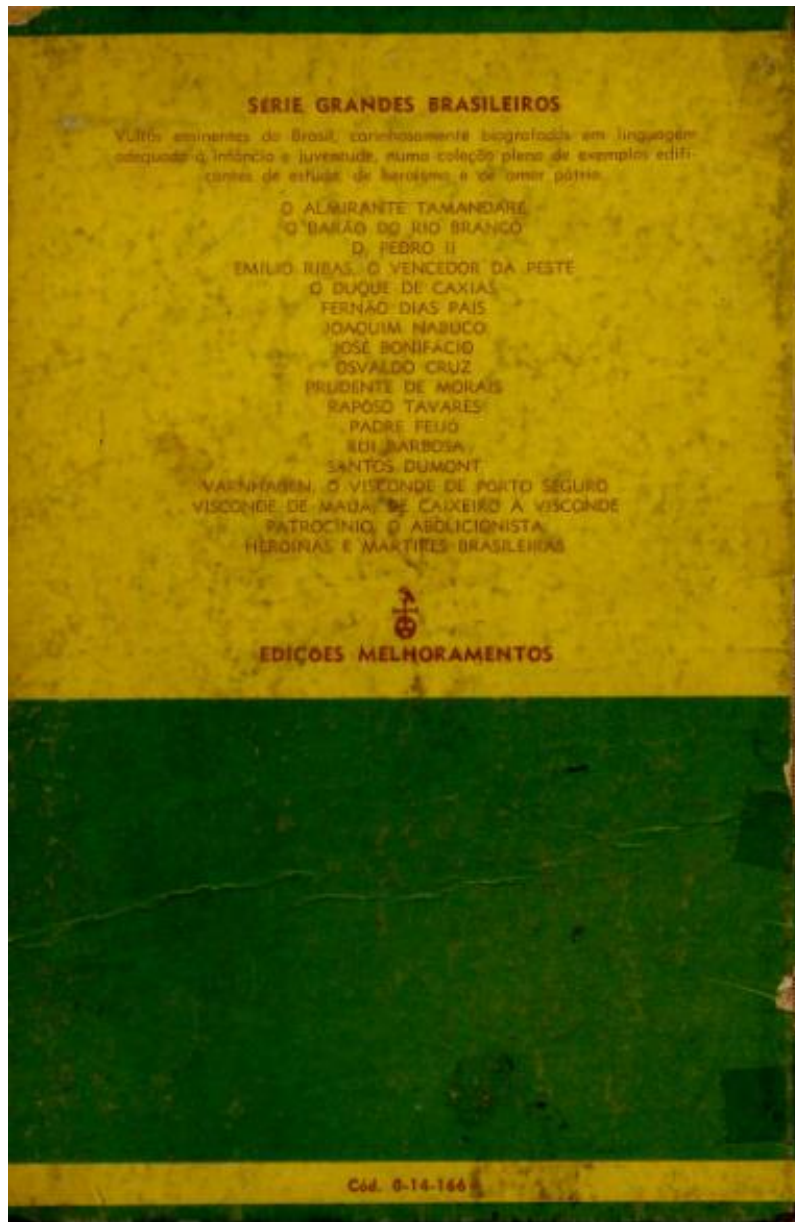
Todavia, tomando como base o ano de 1958, em que foi formulado o livro didático “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial”, escrito por Haddock Lobo, é importante frisar que a composição dos livros escolares de história até aquele momento não tinha passado por tanta transformação no campo historiográfico.

Dessa forma, a maneira de escrever os livros didáticos de história continuava exercendo uma perspectiva positivista, embasada nos preceitos iluministas, seguindo o modelo europeu de entender os acontecimentos históricos que foram sendo escritos ao longo do século XIX e XX. Seguindo esse raciocínio, a contracapa do livro didático que estamos analisando, reúne uma coletânea que destacava a história do heroísmo nacional e do amor pátrio, elementos que foram propagados nos demais livros escolares e no ensino de história³³. Vejamos a imagem a seguir:

³² De acordo com a pesquisa de Lima e Calheiros (2010, p. 12), referente ao livro “A construção da memória nacional: os heróis no Panteão da Pátria”: “A palavra panteão deriva de pan (todo) e théos (Deus) e significa o templo dedicado a todos os deuses. Um dos antigos panteões com essa finalidade de que se tem conhecimento é o Panteão de Pérgamo, na Grécia antiga. Esses templos eram dedicados aos deuses da mitologia de cada região; por isso existia um panteão egípcio, um panteão grego, entre outros. Com a propagação do monoteísmo no Ocidente, o espaço passou a ser dedicado às pessoas que engrandeceram sua pátria através de seus feitos. No Brasil, temos alguns panteões mais conhecidos, como o Panteão dos Andrada, em Santos-SP; o Panteão de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro-RJ; o Panteão dos Inconfidentes, também conhecido como Museu da Inconfidência, em Ouro Preto-MG; a Capela Imperial, em São Paulo-SP; além do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, com o Livro de Aço dos Heróis da Pátria, em Brasília”.

³³ O historiador Sousa (2015, p. 39) relata que “o ensino de História foi constituído no Brasil, a partir de uma versão oficial do Estado, referenciada na transmissão de datas e nomes de heróis incontestáveis e na prática de memorização dos fatos a partir de exercícios repetitivos, sem espaço para contestações”.

Imagem 5: Contracapa do livro didático



Fonte: LOBO, R. Haddock. **História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial**. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

A contracapa, formulada pela editora Melhoramentos, encerra o exemplar destacando a “Série grandes brasileiros”. Essa ideia de organizar uma seleção que destacava as “grandes” pessoas que marcaram o Brasil é algo notório desde o início do Império, mas que se propagou no cenário da República.

No período imperial, difundiu-se a ideia de selecionar os heróis nacionais como “vultos históricos”, alinhada com o IHGB, o qual tinha entre os seus objetivos homenagear os “brasileiros ilustres” de acordo com o projeto nacional do Império, e dos aspectos positivistas. Segundo Enders (2000):

No Brasil, a tarefa de recensear e homenagear os grandes mortos cabe principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas do Império. Encarregado de auxiliar o governo imperial na definição de um projeto nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebe também a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas [...]. (ENDERS, 2000, p. 41-42).

O propósito do IHGB nessa circunstância estava voltado a trazer uma historiografia aos moldes das elites nacionais, as quais eram detentoras do poder, por isso que, assim como afirma Santana (2022, p. 496), “a construção dos vultos nacionais se viu caracterizada pelo desafio de reunir, em um único perfil: requinte das elites e afabilidade das camadas populares”, isto quer dizer que a formação dos heróis brasileiros no cenário do Império, contemplava-se à alta sociedade, onde os personagens históricos eram escolhidos para fazer parte do panteão de heróis.

Com o advento da República em 1889, iniciativas surgiram para construção de uma identidade nacional, para isso a formação dos novos heróis cívicos se tornou pertinente diante da conjectura política vigente. A historiadora Muneiro (2010, p. 36) explica sobre esse contexto, ela diz: “A criação de um novo herói [...] foi a alternativa adotada como mediação preponderante aos novos interesses políticos, econômicos e culturais, de raiz hegemônica e totalitária. Através de outro herói, a República poderia mostrar-se forte e presente”.

Para uma República forte em vigor, era necessário se diferenciar do Regime político anterior, a base desse novo cenário republicano tinha influência da Europa, do pensamento iluminista, para formação de uma pátria “civilizada”, em que os brasileiros pudessem assimilar o sentimento do “amor pátrio” por via dos heróis, da bandeira, dos hinos nacionais, e da Instrução Moral e Cívica.

Durante a composição dos heróis brasileiros, a figura de Tiradentes surgiu como principal símbolo da República, assim destaca Muneiro (2010, p. 36): “Tiradentes emergiu como elemento-chave para a República, instaurada no Brasil em 1889. Transformado em herói, ajudou a legitimar a nova Nação, ao lado de outros elementos criados para dar um novo rosto ao País, como a Bandeira e o Hino nacionais”.

Com isso, o ensino de história no começo do século XX passou a exercer uma função alinhada com os princípios republicanos. O livro didático de história também se tornou peça fundamental para propagar esses ideais, como ressaltam Cardoso, Amorim, e Reis (2016):

Dentre os conteúdos mais encontrados nos materiais didáticos, destaca-se: o culto à bandeira, os grandes heróis nacionais e europeus, a exaltação à natureza, os princípios de comportamento e condutas, o bom e o mau cidadão, entre outros. Esses temas buscavam um objetivo somente: formar um cidadão civilizado e obediente à pátria. (CARDOSO, AMORIM, e REIS, 2016, p. 448).

A busca pela construção da identidade nacional e da formação dos heróis da pátria esteve sempre presente nos projetos políticos do Brasil republicano, como destaca Cainelli (2004):

O tema da construção da identidade nacional é recorrente nos projetos políticos brasileiros. A escrita da história da nação sempre esteve desde a independência no centro destas discussões. Tais vínculos entre os projetos de unidade nacional e a escrita da história produziram o que aqui chamamos de ícones da história nacional [...]. Seja nos livros de história ligados ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, pós-proclamação da República, encarregados de difundir as imagens da nação republicana, seja os livros didáticos que desde os anos 30 do século XX, instituiu a consagração dos heróis nacionais através da valorização dos seus feitos pelo país e até os livros didáticos pós ditadura militar [...] (CAINELLI, 2004, p. 9).

Durante o Estado Novo (1937-1945) as iniciativas político-culturais estabelecidas no governo de Getúlio Vargas³⁴ fortaleceram a construção de uma identidade nacional, e os

³⁴ A narrativa dedicada aos heróis da nação e aos grandes eventos da história do país se tornou muito impactante depois da proclamação da República, se intensificando a partir da consolidação do Estado Novo, entre 1937-1945, no governo de Getúlio Vargas. Segundo Fraga (2012, p. 15): “O governo Vargas investiu em uma série de medidas no intuito de alcançar o objetivo que havia estabelecido: desenvolver

aspectos dos “grandes” homens nacionais se tornaram cada vez mais transmitidos. Com base em Fraga (2012):

Para a realização desse projeto, o Estado Novo serviu-se também dos grandes personagens da história do nosso país como meios privilegiados para divulgar tais valores, definidos como responsáveis pela construção do ‘homem novo’ e de uma identidade nacional. Dessa forma, procurou-se tornar as figuras históricas brasileiras, os ‘grandes homens’, exemplos dos objetivos estabelecidos pelo Estado Nacional, fazendo com que elas passassem a espelhar as características que o governo esperava que fossem fixadas e seguidas pela sociedade brasileira. (FRAGA, 2012, p. 35).

Sendo assim, entendemos que o Estado Novo elaborou um projeto político-cultural com o objetivo de construir uma memória histórica “para celebrar um evento tido como importante ou recordar um herói considerado ilustre” (FRAGA, 2012, p. 16). Retomando a contracapa do livro didático, é interessante observar que a “Série grandes brasileiros” foi evidenciada com o intuito de divulgar aos jovens estudantes os heróis brasileiros como bons exemplos da Nação a serem seguidos, os quais marcaram a história, construindo assim, uma identidade nacional.

Dentre as iniciativas político-culturais foi constituído a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD em 1938, como foi abordado no tópico anterior. A questão que se deve colocar em pauta é que a CNLD propunha um programa oficial de história do Brasil, o qual apresentava no livro didático a presença do panteão de heróis da nação com o objetivo de inspirar os jovens estudantes e estimular o sentimento de nacionalidade.

Ademais, a formação da identidade nacional evocava as “figuras históricas”, os “grandes homens”, com efeito de entoá-los, cultuá-los e exaltá-los como “vultos históricos”. É nesse contexto que a editora do livro didático apresenta o “heroísmo nacional” no ensino de história. Vejamos o trecho retirado do início da imagem elencada acima: “*Vultos eminentes do Brasil, carinhosamente biografados em linguagem adequada à infância e juventude, numa coleção plena de exemplos edificantes de estudo, de heroísmo e de amor pátrio.*” (LOBO, 1958, grifos nossos).

Para dialogarmos com esta citação, precisamos elencar 2 pontos importantes. Primeiramente, o que seriam os “vultos eminentes”? O termo “vulto” remete a uma pessoa importante, de caráter notável, um personagem histórico, em outras palavras um herói. Com relação à palavra “eminente”, quer dizer uma pessoa grandiosa, ilustre, nobre, isto é, alguém superior. Neste sentido “[...] os vultos históricos traduziam, por excelência, o espírito patriótico, que deveria envolver toda a sociedade. Era preciso cultuá-los, reverenciar seus feitos e seguir seus exemplos de amor incondicional à Pátria [...]” (FRAGA, 2012, p. 36).

O segundo ponto levantado é a forma como a edição do livro retrata os “vultos eminentes”. Percebe-se que os “grandes” homens da nação são biografados de maneira carinhosa, onde a figura do herói é descrita com um tom de admiração, levando consigo uma linguagem agradável do heroísmo e do sentimento pátrio aos alunos do ensino secundário do curso ginásial. Esse modo de descrever o personagem heroico, ressaltando apenas as qualidades e ocultando as possíveis contradições sobre as suas vidas, é apresentado por Fraga (2012), que diz:

O processo de heroificação toma assim uma figura e dela retira ou minimiza os defeitos e aspectos negativos, ressaltando em sua trajetória de vida a aquisição de

iniciativas político-culturais capazes de fazer com que os ‘grandes homens’, eleitos pelo regime para integrar seu panteão de heróis, figurassem na memória de todos, fazendo com que as novas gerações neles se inspirassem e espelhassem. Afinal de contas, voltar-se ao passado brasileiro era útil e necessário na medida em que traria ensinamentos e, por intermédio dos grandes heróis que o fizeram, exemplos e modelos de virtude”.

uma quantidade de qualidades e valores coletivos. Isso, à custa de muitos sacrifícios, e produzindo como resultado um ser praticamente perfeito e ideal, justamente por ter deixado as imperfeições para trás para expor apenas virtudes, materializadas em sua imagem, em seu corpo simbólico. (FRAGA, 2012, p. 50).

Seguindo esse entendimento, a contracapa do livro didático apresenta 18 modelos de “vultos eminentes” os quais deveriam ser lembrados como exemplos do heroísmo pátrio, personagens históricos que batalharam em prol da nação e serviram de padrão para o cidadão brasileiro.

Dentre os heróis elencados, destacamos a figura de Prudente de Moraes³⁵, o qual foi o terceiro presidente da República (1894-1898), sendo considerado o primeiro civil a governar o Brasil, como realça Fraccaro e Amancio (2019, p. 16): “Em sua sucessão, foi eleito, via voto direto, Prudente de Moraes (1841- 1902), um civil de passado republicano, paulista, e que fora também ex-presidente da Constituinte Republicana”, assim também como acentua Sevcenko (2013, p. 29): “Prudente de Moraes, na sua gestão (1894-98), deu início à sucessão civil dos governos militares que haviam fundado a República: o de Deodoro (1889-91) e o de Floriano Peixoto (1891-94)”.

No contexto do livro didático em análise, mais precisamente no capítulo 10, denominado “O Brasil república: A fase contemporânea”, Haddock Lobo explana sobre Prudente de Moraes, vejamos:

Prudente de Moraes (1894 -1898). – Sucedeu a Floriano o político paulista Prudente de Moraes. Completou êste a *pacificação* do país, conseguindo um acôrdo com os *rebeldes* federalistas, que ainda lutavam no Sul. No seu govêrno, numeroso grupo de *sertanejos*, empolgados por um *pregador fanático*: Antônio Conselheiro, desafiou, no interior da Bahia, as fôrças do govêrno. Ao serem, finalmente, atacados por tropas do Exêrcito Nacional, êsses sertanejos opuseram longa e desesperada resistência. O seu reduto de Canudos foi tomado, após *encarniçada luta*, que o escritor Euclides da Cunha descreveu no famoso livro: ‘Os Sertões’. [...] O Brasil, no quadriênio de Prudente de Moraes *venceu pacificamente*, através da diplomacia, uma questão com a Inglaterra, que desejava instalar-se na Ilha da Trindade, e outra com a Argentina em tôrno do Território das Missões. Ambas essas terras permaneceram em nosso poder, graças principalmente à maneira pela qual se houve, na *defesa de nossos direitos*, o barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior). (LOBO, 1958, p. 183, grifos nossos).

A historiografia tradicional escrita nos livros didáticos retratava Prudente de Moraes como o “pacificador” do Brasil, assim pode ser visto no livro didático “Compendio de História do Brasil”, escrito por Mario da Veiga Cabral em 1935, o qual diz: “Em 15 de Novembro de 1898, terminava o segundo quadriennio, deixando o dr. Prudente de Moraes o governo, depois de haver restabelecido a ordem no paiz, razão por que recebeu o titulo de *pacificador*” (CABRAL, 1935, p. 286). Esse termo “pacificador” direcionado ao então presidente da República também foi descrito por Haddock Lobo referindo-se à gestão de Prudente de Moraes como um período de “pacificação do país”.

Contudo, se o escritor, alicerçado nos fundamentos da historiografia tradicional, resumiu em dois parágrafos o mandato presidencial de Prudente de Moraes, exaltando a sua atuação como político civil, que agiu de forma “pacificadora” perante os conflitos que iam de encontro à recém República, de outro modo sintetizou com algumas frases a história da revolução federalista³⁶ (1893-1895), a qual o autor refere-se com um termo pejorativo de

³⁵ Acerca de Prudente de Moraes, Fraccaro e Amancio (2019, p. 16) explica: “Ao longo de seu mandato negociou a dívida externa, reestabeleceu relações políticas com Portugal e pôs fim às divergências com a França em relação ao Amapá’ [...] No entanto, foi em seu governo que o movimento de Canudos, tratado nas sessões seguintes, aconteceu, contestando diretamente o regime republicano e impondo desafios ao poder central”.

³⁶ Segundo Reverbel (2014, p. 8-9): “A Revolução Federalista foi uma guerra fratricida, que matou mais de dez mil homens. Estes revolucionários liderados intelectualmente por Gaspar Silveira Martins e militarmente pelo General Joca Tavares, Gumercindo Saraiva e

“rebeldes federalistas”, a guerra de Canudos (1896-1897) a qual é retratada de forma desdenhosa como um “grupo de sertanejos” seguidos por um “pregador fanático”, e as questões diplomáticas por territorialidade com a Inglaterra acerca da Ilha da Trindade³⁷, e a Argentina referente ao Território das Missões³⁸, temas que eram imprescindíveis para o conhecimento no ensino de história no curso ginásial, os quais continuavam sendo negligenciados na década de 1950, contexto em que Haddock Lobo escreveu o livro didático.

Chamamos atenção para o discurso estereotipado que o autor formula a respeito da cidadela de Canudos³⁹, com uma narrativa elitista que descrevia os vencedores sobre os vencidos. Todavia, não era apenas uma característica do escritor, pois era comum entre os historiadores que seguiam o modelo tradicional da história legitimar o massacre da população de Canudos, como ressalta Menezes (1999):

No seu conjunto, tal produção histórica elabora, desde o início, a operação semiótica das elites acerca dos movimentos populares em geral e de Canudos em particular. Na sua luta ideológica, os dispositivos de poder produzem um processo discursivo que constrói uma imagem pregnantemente negativa dessa ocorrência histórica, segundo uma retórica de justificação do massacre. (MENEZES, 1999, p. 110-111).

Os termos como “jagunços, fanáticos, loucos, bandidos, criminosos, marginais” (MENEZES, 1999, p. 111) são frequentes no discurso historiográfico tradicional, presentes nos livros didáticos, para caracterizar o movimento de Canudos, sempre com um olhar negativo acerca do movimento messiânico na figura de Antônio Conselheiro e seus seguidores, em contrapartida, Prudente de Moraes é evidenciado como um “vulto eminente” “numa retórica heroificante e patriótica, bem ao gosto do estilo dessa historiografia” (MENEZES, 1999, p. 94).

Utilizando dessas mesmas expressões, como “fanático”, Haddock Lobo e outros autores de livros didáticos de História também abordaram sobre Canudos no contexto da década de 1950 no ensino secundário, um exemplo é o escritor Alcindo Souza (1951, p. 165, grifos nossos), em seu livro escolar intitulado “História do Brasil: Primeira Série Ginásial”, do ano de 1951, o mesmo afirmou que o governo de Prudente de Moraes “*Reprimiu* também a *rebelião* de Canudos, iniciada por alguns *fanáticos* que obedeciam *cegamente* às ordens de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro”.

No entanto, essa forma metódica de pensar a história, encontrada nos livros didáticos, acabava isolando e marginalizando o movimento de Canudos, que, com efeito, segundo Fraccaro e Amancio (2019, p. 37) “era uma sociedade organizada dentro da República, mas não estava isolado de todo um contexto histórico. Em sua construção, Canudos era uma

Aparício Saraiva, guerrearam por três estados da federação (RS, SC e PR), fazendo a — república tremer. Em certos momentos, a revolução parecia que ganharia contornos nacionais, e o Presidente Floriano temia o futuro da República. No governo de Prudente de Moraes foi assinado, na cidade de Dom Pedrito, a paz farroupilha, momento em que os maragatos de Silveira Martins e os Chimangos de Júlio de Castilhos apertaram as mãos: estava consolidada, de vez, a República”.

³⁷ Conforme Kämpf (2016, p. 17): “Em janeiro de 1895, o Governo britânico anexou ao seu vasto império a pequena Ilha da Trindade, situada a cerca de 1.140 quilômetros do litoral do estado do Espírito Santo. Esse ato deu início a um contencioso entre o Brasil e a Grã-Bretanha, no qual o Governo brasileiro, escudado apenas em sua diplomacia e no direito, contestou a ocupação de parte do seu território pela potência hegemônica da época. A situação foi resolvida, de forma favorável ao Brasil, em agosto de 1896”.

³⁸ Consoante Boff (2016, p. 3): “‘O elo perdido’ da integração Brasil-Argentina consiste em uma área arbitrariamente recortada do mapa, localizada entre o país vizinho e os Estados de Paraná e Santa Catarina, dotada de semelhanças históricas e geográficas (tempo-espaciais) que lhe torna ‘digna’ de análise enquanto espaço possuidor de algo em comum. Trata-se da região ‘de Palmas’, ou ‘das Missões’, conforme ficou conhecida após disputa arbitral entre os dois países ocorrida no final do século XIX”.

³⁹ De acordo Fraccaro e Amancio (2019, p. 38): “No final do século XIX, Canudos surge como um dos maiores problemas para a República recém-proclamada”. A nação brasileira tem como presidente da República à época Prudente de Moraes (1894-1898). “E, ao longo de seu governo, emergiu uma sociedade diferente dentro da República: Canudos. Mas o que era essa sociedade?” (FRACCARO e AMANCIO, 2019, p. 38) Foi uma sociedade que perdurou por 20 anos de peregrinação liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro. “Após tomar para si uma fazenda abandonada em 1893, Antônio Conselheiro reuniu na propriedade, conhecida como Canudos, por volta de 25 mil pessoas. Eram sertanejos pobres e miseráveis que se dirigiam ao acampamento de Conselheiro na esperança de uma vida melhor. [...] Nas terras do povoado, havia diversos tipos de plantações e criações de animais, e mais importante: não havia carestia. Os sertanejos que para lá foram buscavam fugir dos trabalhos árduos e muito semelhantes à escravidão que prestavam aos coronéis locais. Fugiam também dos conflitos próprios do coronelismo [...]” (FRACCARO e AMANCIO, 2019, p. 38-39).

alternativa à fome e violência do sertão e fazia críticas também à República oligárquica”. Ademais, a maioria das pessoas que viviam no povoado eram casadas e tinham famílias, “eles pregaram, fizeram casamentos, batizados e algumas centenas de confissões” (PINHEIRO, 2004, p. 64).

O escritor Haddock Lobo ainda faz menção à guerra que ocorreu em Canudos retratando como uma “encarnizada luta”, ou seja, no sentido de uma batalha sangrenta, porém, é silenciado o massacre que houve a milhares de pessoas da cidadela que perderam suas vidas. Vejamos o que o historiador Pinheiro (2004) escreveu acerca dessa matança:

Em abril de 1897 organizou-se a chamada 4.^a Expedição, sob o comando do General Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Desde que essa tropa – uma poderosa máquina de guerra – foi posta em funcionamento, até o outubro do mesmo ano, quando Canudos foi *arrasada*, 8 mil homens lutaram contra os conselheiristas, usando o mais moderno equipamento. De 25 de junho – data dos primeiros tiros trocados com o inimigo – até 10 de agosto, mais de 2 mil baixas foram registradas por essa expedição. [...] A vitória significou a *destruição física* da cidadela e a *eliminação de todos os seus defensores válidos*. Os que não morreram em combate, feitos prisioneiros, foram *degolados*. (PINHEIRO, 2004, p. 61, grifos nossos).

Dessa forma, se houve uma “destruição física” do movimento de Canudos, onde as pessoas foram dizimadas dentro de um genocídio causado pela guerra que a recém República possibilitava, logo, entendemos que a escrita de Haddock Lobo sobre Canudos justificava uma narrativa tradicional da história, pois trazia uma visão subjetiva de todo o acontecimento, destacando a República, na liderança de Prudente de Moraes, como aquele que restabeleceu a ordem e pôs fim ao conflito provocado pelo dito “fanático” Antônio Conselheiro e seus seguidores. Por outro lado, o escritor do livro didático em nenhum momento fez menção a pobreza e a vida precária que os povos daquele povoado do sertão da Bahia se encontravam, além disso, não há registro sequer da matança e do extermínio de Canudos fomentado pelo poder de guerra da nação republicana.

Prudente de Moraes é apenas um exemplo dentro dos “vultos eminentes” apresentados pela editora Melhoramentos na contracapa do livro didático. A mensagem é transmitida aos jovens estudantes da Primeira série do curso ginásial do ensino secundário do ano de 1958, no intuito de evidenciar os “grandes” homens da nação em uma linguagem agradável, invocando o sentimento pátrio representado pelo panteão de heróis considerado fundamentais para o ensino de história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aulas do Curso de Licenciatura Plena em História, nos componentes curriculares de Metodologia do Ensino de História, I, II, III e IV, e Estágio Supervisionado em Ensino de História, I, II, III e IV, foram essenciais para minha identificação com os temas relacionados à educação brasileira e ao ensino de História. Logo, quando iniciei a minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, a temática da educação se tornou pertinente.

Diante de tantos temas possíveis para pensar a educação no Brasil e o ensino de história, observei que havia uma lacuna no que se refere às produções historiográficas acerca dos livros didáticos, especificamente no contexto da década de 1950. O livro didático tem tido uma contribuição tanto no processo de ensino e aprendizagem da Educação Básica, quanto fonte de pesquisa, conforme evidenciamos anteriormente.

Foi nessa trajetória de pesquisa que descobri o acervo online de livros didáticos digitalizados pelo Laboratório de Ensino e Material Didático – História (LEMAD), e percebi a possibilidade de analisar por meio da história o livro didático “História do Brasil – 1.^a Série Curso Ginásial”, escrito por Haddock Lobo no ano de 1958, enquanto fonte primária.

As pesquisas dos historiadores Alain Choppin e Circe Bittencourt foram essenciais para entendermos que o livro didático, além de ser um recurso metodológico, também é uma construção mercadológica, político e sociocultural, que acabam silenciando e escrevendo a história sob um olhar elitista, com temáticas pré-estabelecidas pelos programas oficiais de ensino. Este entendimento ficou evidente no tópico 3, quando as temáticas relacionadas a escravidão e aos povos indígenas foram discutidas a partir da narrativa de Haddock Lobo que negligenciava e transmitia uma visão ocidental descritas no livro didático, conseqüentemente esse olhar era refletido no ensino de história da primeira série do curso ginásial.

Embora a década de 1950 presenciasse um período de tensão no campo da educação nacional, entre os defensores da Escola Nova e os grupos conservadores da educação, Católicos e privatistas, o ensino de história ainda tinha por características a influência iluminista para descrever a história da humanidade, os fatos históricos em ordem cronológica, e a construção da identidade nacional conectada a uma linha de raciocínio eurocêntrica. São esses elementos que identificamos no livro didático produzido por Haddock Lobo.

O livro didático analisado possui diversas possibilidades de análises futuras, como os demais conteúdos ainda não examinados (por exemplo, os capítulos: “3. A colonização”, “7. O Brasil Reino”, “8. A Independência”, “9. O Brasil Império”, e o “10. O Brasil República”), as imagens presentes nos capítulos, as atividades no livro, que é chamado de “questionário”, podendo ser investigado a fim de entender o tipo de história que era transmitido em sala de aula a partir do livro didático, e também como as temáticas eram aplicadas na disciplina de História em 1958, na primeira série do curso ginásial, entre outras perspectivas a serem analisadas as quais pretendo detalhar em outra oportunidade da minha vida acadêmica.

Em vista disso, o nosso objetivo nessa pesquisa não foi fazer um estudo completo sobre a obra “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial”, em que detalhássemos sobre todos os capítulos e conteúdos, mas utilizamos a capa, o Programa Oficial de História do Brasil, alguns temas específicos do índice, e a contracapa, no intuito de entender o tipo de história escrito pelo autor no ano de 1958, em uma produção didática para os alunos do ensino secundário.

Dessa forma, entendemos que o livro didático escrito por Haddock Lobo possuía influência da historiografia tradicional, fundamentada nos ideais circunscritos pelo IHGB, sob a perspectiva do positivismo francês, ligado à ideia de construção da identidade nacional, narrando os principais fatos, enaltecendo os “grandes homens” da nação brasileira, e relembrando as datas históricas consideradas importantes. Além disso, a elaboração do livro precisava estar de acordo com o Programa Oficial de História do Brasil e seguindo uma estrutura pré-determinada pela CNLD.

Ademais, a contracapa do livro didático, nos permitiu identificar elementos da história do heroísmo, do amor pátrio e da busca pela identidade nacional, em uma seleção do panteão cívico como “vultos” históricos. Os heróis nacionais são biografados em uma linguagem admirável e agradável para que os alunos do ensino secundário e da primeira série do curso ginásial pudessem enaltecer e tê-los como exemplos. Pedro Álvares Cabral e Prudente de Moraes são alguns “vultos eminentes” apresentados na capa e contracapa do livro didático, e que foram dialogados por Haddock Lobo. Sendo assim, é plausível concluir que o livro didático “História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial”, seguia um modelo tradicional da história, e que até então não havia ainda passado por tantas transformações no campo historiográfico e no ensino brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Lígia Isídio. **Os saberes nas práticas pedagógicas da educação de jovens e adultos: um estudo para além do livro didático**. 2017. Dissertação (Programa de pós-graduação em educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: 7^a. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- BOFF, Ricardo Bruno. **A região de Palmas: o elo perdido da integração Brasil-Argentina**. 3^o Seminário de Relações Internacionais, Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis, 2016.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CABRAL, Mario da Veiga. **Compendio de História do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1935.
- CAINELLI, Marlene. **A construção dos heróis e a memória nacional entre os não letrados**. História e ensino, Londrina, v. 10, p. 5-19, out. 2004.
- CARDOSO, L. B. C. AMORIM, R. M. REIS, R. **O ensino de história e o manual didático de Joaquim Manoel de Macedo no início da república brasileira (1889-1940)**. Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 2, p. 431-450, maio/ago. 2016.
- CARVALHO, Eliane Knorr de. **Canibalismo e normalização**. 2008. 151 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CHOPPIN, Alain. **O historiador e o livro escolar**. Tradução: Maria Helena Camara Bastos. Pelotas: UFPel, 2002.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Um departamento na História**. INFORME, v. 15, n. 15, p. 11-26, nov./dez. 2004.
- ENDERS, Armelle. **“O Plutarco Brasileiro”: A produção dos vultos nacionais no segundo reinado**. Estudos históricos: heróis nacionais, v. 14 n. 25, 2000.
- ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. **História da historiografia brasileira**. v. 1. / João Carlos Escosteguy Filho, Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.
- FERREIRA, Alexandre Marcos de Matos Pires. **A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – Um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de matemática e de física em São Paulo**. 13 Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: EACH/USP, 2012.

FFLCH/USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo. **Laboratório de Ensino e Material Didático – LEMAD**. São Paulo, SP: FFLCH/USP, c2008. Disponível em: < <https://lemad.fflch.usp.br/node/1172>>. Acesso em: 03 set. 2023.

FFLCH/USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo. **Laboratório de Ensino e Material Didático – LEMAD**. São Paulo, SP: FFLCH/USP, c2008. Disponível em: < <https://lemad.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

FRACCARO, L. C. AMANCIO, K. A. O. **História do Brasil República I**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2019.

FRAGA, André Barbosa. **Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas**. 2012. 145 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012.

HELB – História do Ensino de Línguas no Brasil. **Ministério da Educação e Saúde Pública**. Brasília, DF: UnB, c2007. Disponível em: <<http://www.helb.org.br/index.php/linha-do-tempo/1034-1930/62-ministerio-da-educacao-e-saude-publica>>. Acesso em: 29 set. 2023.

KÄMPF, Martin Normann. **Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)**. Brasília: FUNAG, 2016.

LEGISLAÇÃO. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Guilherme, CALHEIROS, Canina. **A construção da memória nacional: os heróis no Panteão da Pátria**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

LOBO, R. Haddock. **História do Brasil – 1.ª Série Curso Ginásial**. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

LOBO. A. C. SANTOS. E. G. **Teoria da história**. 1ª ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2019.

LUCCHESI, F. **Criando a Nação: os livros didáticos de história do Brasil de Rocha Pombo (1857-1933)**. Educação on-Line, PUCRJ, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5, 2008.

MENEZES, Eduardo Diatáhy Bezerra de. **A historiografia tradicional de Canudos**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, CE, v. 113, n.113, p. 83-113, 1999.

MONTEIRO, Charles. **Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do séc. XIX até 1920**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XX, n.1, p.163-172, julho, 1994.

MUNEIRO, Lilian Carla. **A construção do herói nacional e as características das suas mediações**. 2010. 204 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal: A obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900-1933**. 2016. Tese (Doutorado em História, na Área Política memória e Cidade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- REGO. F. G. M. QUEIROZ. M. S. MORAIS. P. A. **A base nacional comum curricular e o ensino de história no novo ensino médio.** Caderno de diálogos, Itaúna, v. 1, n. 1, p. 43-56, maio. 2022.
- REIS, José Carlos. **A história entre filosofia e Ciência.** São Paulo: Ática, 1996.
- REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **A revolução federalista e ideário parlamentarista.** 2014. 205 p. Tese (Doutorado em direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos. **Livros didáticos e ensino de história: a Comissão Nacional do Livro Didático, do Estado Novo ao período democrático (1938-1961).** Fronteiras: Revista de História, Dourados, MS. v. 18, n. 31, p. 202-226, jan/jun. 2016.
- SANTANA, Marcelino de Carvalho. **O Vulto Nacional sob a Perspectiva da Teoria da História: a figura de Bernardo Sayão como síntese do heroísmo brasileiro (1941-1959).** Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 37, v. 14, n. 1, jan/ago. 2022.
- SANTOS. I. S. F. PRESTES. R. I. VALE. A. M. **Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- SOSA, Derocina Alves Campos. **O ensino de história e os conceitos: encaminhando discussões sobre alteridade e identidades étnicas na sala de aula.** *Historiæ*, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 135-143, 2010.
- SOUSA, Israel Soares de. **Educação popular e ensino de história local: cruzando conceitos e práticas.** 2015. 234 p. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- SOUZA, Alcindo Muniz de. **História do Brasil: Primeira Série Ginasial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.
- SOUZA, Iris Lúcia Martins de. **Milagre econômico: A questão indígena no livro didático (1950-1970).** Ed. nº 001. Uberlândia. DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia, 2016.
- SOUZA, Pedro Zeus Lustosa de. **Elaboração da LDB (1948-1961): a luta da tradição escolanovista pela defesa da escola pública.** 2022. 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciência Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.
- TOLEDO. C. A. A. JUNIOR. O. S. **A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.48, p. 255-268, dez. 2012.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Autor e consumidor da fé, sou grata por tão grande Salvação. Pelos seus cuidados comigo desde aqui, por me dá saúde durante a graduação, e agora na reta final do curso. Que me permitiu viver esse momento, o qual eu sonhava desde minha adolescência.

Ao meu querido esposo Matheus Ramos Santana, que sempre esteve presente comigo em todos os momentos, agradeço imensamente por seu apoio e sua ajuda nesse momento de pesquisa.

Ao meu amado filho Mathias, que tem estado comigo nesses últimos meses de pesquisa, sendo uma das melhores companhias para mim, mesmo estando ainda em meu ventre.

Aos meus pais, Antônio Severino dos Reis e Francisca da Silva Reis, pelo amor e apoio aos meus estudos desde a escola, mesmo diante das poucas oportunidades. O que sou hoje é graças a vocês por nunca desistirem.

Aos meus irmãos e irmãs, todo meu carinho, sou grata por todo apoio e por confiarem em mim desde sempre. Vocês fazem parte desse momento.

A todos os professores da UEPB, que contribuíram para minha formação acadêmica e cada aprendizado que levarei comigo. Em especial ao professor e orientador, Dr. Gildivan Francisco das Neves, que contribuiu na minha formação, e também se dedicou comigo durante a pesquisa.

Às professoras Dra. Patrícia Cristina de Aragão e Dra. Noemia Dayana de Oliveira por toda contribuição durante às aulas, e pela disponibilidade em fazer parte da banca examinadora deste trabalho, obrigada por toda contribuição acadêmica.

Por fim, agradeço aos colegas que participaram comigo nessa caminhada acadêmica, compartilhando ensinamentos e deixando tudo mais leve.